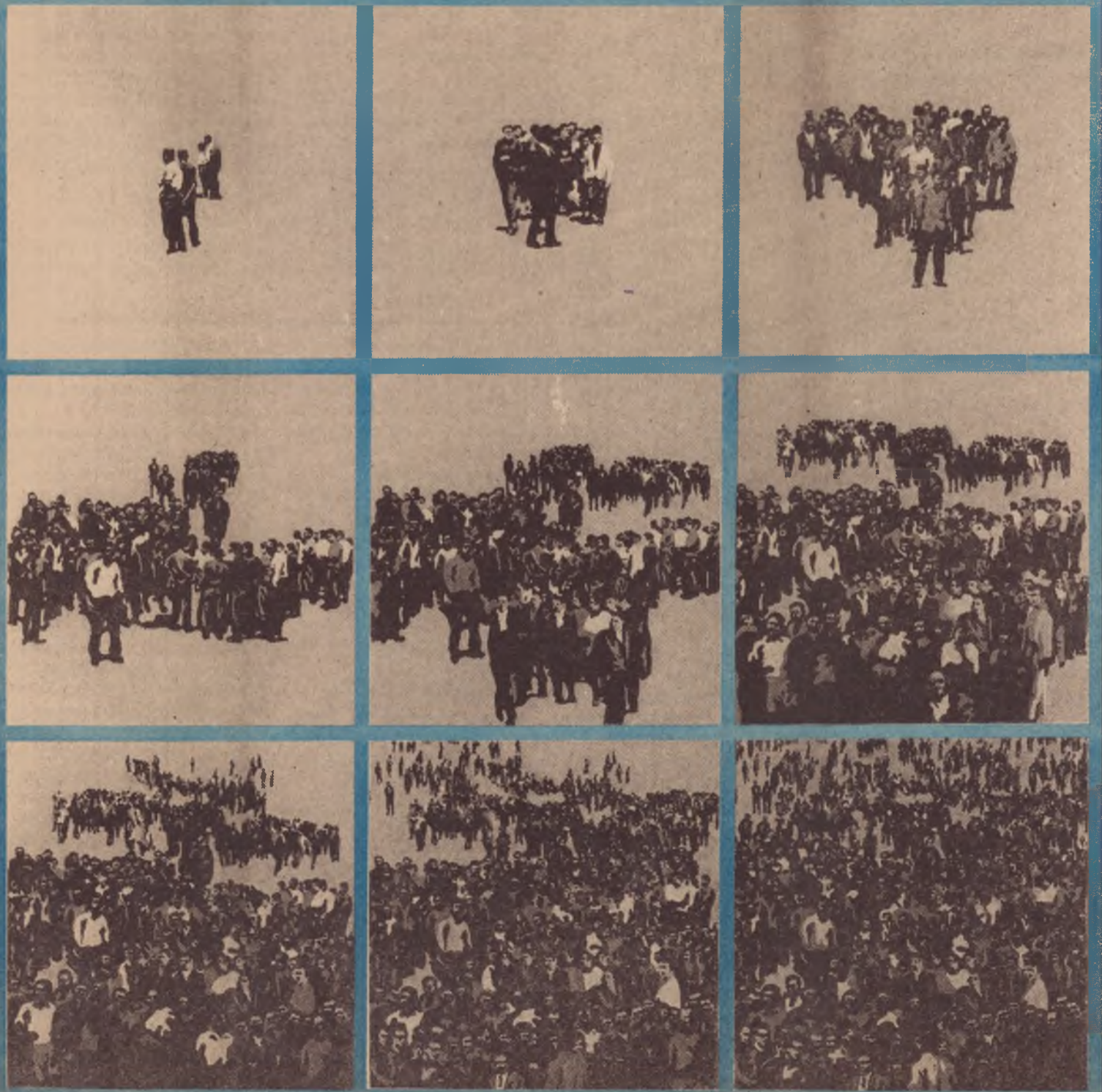


EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Porque somos capazes de derrotar o Plano Collor

O Plano Collor vence as fracas resistências do Congresso, abre nova temporada de caça ao emprego e salário e coloca em xeque a força da CUT.



RDA
O furacão
da direita

URSS
Em busca
da memória
perdida

VII Encontro
Nacional do PT
A estratégia
da revolução
brasileira

Concentração ou a quantidade se transforma em qualidade — Solbes e Valdés



Assine **EM TEMPO**
Um jornal marxista revolucionário

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: Cr\$ 500,00 () Normal: Cr\$ 350,00

Nome: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Telefone _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.



Pare receber, envie um cheque no valor de Cr\$ 500,00. Rua Artur de Azevedo, 556, Pinheiros, São Paulo, CEP 05404

EM TEMPO:

Uma publicação da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Arabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Islac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769.

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Arthur de Azevedo, 556, Pinheiros — São Paulo. CEP 05404. Fone: 852-8880 CGC nº 46.093.001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

Editorial 1 — Porque podemos vencer

Há mais de quarenta dias da decretação do Plano Collor, impressiona o grau de desorientação com que o movimento operário o vem enfrentando. Prossegue a ofensiva patronal e do governo em toda linha. Os sinais promissores de resistência dos trabalhadores ainda não conseguiram alcançar uma dimensão política nacional.

A velocidade das transformações na luta de classes está expressa até no sentimento psicológico das massas. Em poucos meses, passamos da maré de energias e esperanças despertadas pela campanha presidencial de Lula ao ritmo nervoso e inquietante da hiperinflação e, agora, aos sombrios presságios de uma grande recessão.

Procura-se criar uma aura prematura de vencedor em torno ao governo Collor. Este teria, ao mesmo tempo, vencido a hiperinflação, domado o Congresso Nacional, quebrado a resistência dos trabalhadores organizados e conquistado a simpatia popular.

Diante de uma quebra tão desconcertante de expectativas, caberia aos trabalhadores guardar as esperanças e se limitar ao horizonte da diminuição das perdas pesadas de emprego e salário que virão.

É exatamente esta camada fina de gelo, que ameaça envolver os músculos e nervos do movimento operário, que é preciso romper.

Fotografia e diagnóstico

É preciso, em primeiro lugar, não confundir deslocamentos temporários da psicologia e consciência de massas com deslocamento duradouro da correlação de forças, entre as classes sociais, tomar a impressão pela análise.

O Plano Collor, com todos os seus lances e apostas, marca a retomada das iniciativas das classes dominantes no plano institucional que havia sido perdida nos últimos anos de generalizada crise do governo Sarney. É a expressão imediata da vitória eleitoral conquistada no 17 de dezembro.

O fato de Collor ter passado pelo teste do Congresso Nacional, utilizando as medidas de emergência, cooptação fisiológica e o direito de veto às propostas de reforma no Plano, não deve ter o seu alcance superestimado. Este Congresso foi o mesmo que se rendeu



tantas vezes à lógica perversa do "Centrão" e, lembremos, aquele que concedeu a Sarney o seu último ano de mandato em um momento já de aguda desmoralização deste governo.

Não devem também ser superestimadas o alcance das pesquisas de opinião pública da primeira hora. A memória anterior ao Plano Collor, tra-

corre as seções da fábrica gigante e colhe, de acordo com os patrões, 22 mil assinaturas em concordância com a proposta de redução de 1/4 da redução da jornada de trabalho com igual redução de salário.

Delfim Netto, então ministro da Fazenda, afirma: "a decisão dos operários é a maior demonstração de maturidade que já deram nos últimos tem-

O exemplo dos trabalhadores da Volks que votaram não ao plebiscito da redução da jornada com redução de salário em abril de 1981 deve ser lembrado neste momento difícil.

balhada inteligentemente pelo novo governo, é o inferno da hiperinflação. A esperada campanha publicitária de massas produz inevitavelmente seus resultados.

A superação da crise econômica do ponto de vista burguês, a quebra da força acumulada pelos trabalhadores requer, porém, muito mais do que acenos publicitários ou mecanismos de cooptação fisiológica. A verdadeira prova de forças do governo Collor está ainda por ocorrer.

Exemplo histórico

É neste momento em que o patronato lança de um modo infamante uma campanha generalizada pela redução do emprego com redução da jornada que devemos lembrar o histórico exemplo de dignidade dos trabalhadores da Volks de São Bernardo em abril de 1981.

Reconstituamos rapidamente os fatos. O sindicato ainda está sob intervenção. A Volks anuncia a demissão em massa de doze mil trabalhadores como forma de enfrentar a recessão. Um abaixo-assinado, conduzido pelas chefias, per-

pos. Isso é algo até mesmo revolucionário, pois não há nada tão importante neste país quanto o emprego".

A diretoria sindical cassada compra a briga. Lula, nas portas de fábrica, discursa dizendo que se os trabalhadores aceitassem tal chantagem estariam perdendo a dignidade pois era o mesmo que pagar para ter emprego. O plebiscito se realiza: dos 23.735 votantes, 16.048 dizem não. A Volks ameaça, então, com a demissão imediata de setecentos; os trabalhadores se prepararam para responder com a greve. A Volks recua.

De lá para cá, crescemos muito em força, em organização, em experiência. A posição de não aceitar de forma alguma, como questão de princípio, a redução da jornada com redução de salário é a primeira linha de resistência que deve ser estabelecida pelo movimento operário aos efeitos do Plano Collor. É o momento da defesa da dignidade dos trabalhadores, impulso que irá levar milhões às ruas e à greve nos próximos meses contra o Plano Collor.

2 — A função das crises

A proposta reiterada em várias oportunidades por Jair Meneguelli e outros dirigentes da CUT de uma frente entre trabalhadores e empresários contra a recessão reflete estes primeiros momentos de perplexidade e confusão após o lançamento do Plano Collor.

Expressa, antes de tudo, um momento de perda da identidade classista na luta contra o capital monopolista.

Reflete uma profunda incompreensão da lógica do Plano Collor, da função das recessões no ciclo da economia capitalista e o posicionamento e atividades do grande capital nestas situações.

Função política

A lógica recessiva contida no Plano Collor tem, em primeiro lugar, a função de criar as melhores condições políticas e sociais para quebrar a capacidade de resistência do movimento sindical.

Assistimos na década de oitenta a uma trajetória não linear, mas claramente ascendente das mobilizações e da força acumulada dos trabalhadores. Este ascenso foi — e continua sendo — o mais profundo da história do país. Certamente pode ser catalogado entre os mais significativos da história do movimento operário internacional.

Esta força acumulada foi e continua sendo o principal desafio para a implementação dos diferentes planos econômicos burgueses, de Delfim Netto a Zélia Cardoso de Mello, passando por Funaro e Bresser.

A recessão agudiza no interior da classe trabalhadora a concorrência pelo emprego, desmoraliza, pressiona, impõe recuos em conquistas econômicas. É, pois, no atual contexto um mecanismo do grande capital para alterar a correlação de forças a seu favor.

Preços e lucros

A elevação permanente da inflação durante toda a década de oitenta para patamares cada vez mais elevados e, no último período, em um ritmo nitidamente hiperinflacionário é a expressão dos meios através dos quais o grande capital põe,

de, em uma década de desaceleração do crescimento econômico e de fortes movimentos grevistas, elevar as suas margens de lucratividade e concentrar a renda.

As finanças públicas e as empresas estatais foram literalmente pilhadas para transferir recursos para o setor privado. Os capitalistas reagiram à luta do movimento operário para recuperar as perdas do período da ditadura militar marcando, de forma cada vez mais frenética, os preços. Os juros permanentes sempre elevados, ao lado de uma parafrenália de mecanismos especulativos, para garantir a valorização veloz do capital fora da esfera produtiva.

O déficit público crônico, a aceleração dos preços pelo capital monopolista e a institucionalização de mecanismos poderosos de especulação na economia foram as três principais raízes da inflação na década de oitenta.

Em síntese: se a inflação expressava um conflito distributivo entre as classes e setores de classe crescente, as tensões hiperinflacionárias revelavam este mesmo conflito em um momento de extrema radicalização.

O Plano Collor se propõe a controlar o processo inflacionário resolvendo este conflito distributivo de forma drástica, isto é, impondo ao movimento operário uma grave derrota.

Aqui a raiz flagrantemente demagógica da tese que se atribui ao Plano Collor de penalizar equilibradamente o conjunto dos agentes econômicos. Pois a sua lógica é exatamente *impor perdas pesadas e diferenciadas, isto é, resolver o conflito distributivo a partir de cima, de forma autoritária, gerenciando mesmo os conflitos entre os vários setores do capital.*

Salários e preços

Esta lógica começa a ser exposta com toda crueldade já nesta primeira fase do Plano Collor.

Vejamos, em primeiro lugar, como os preços remarcados de uma forma frenética no período imediatamente anterior ao Plano baixaram muito pouco ou quase nada após a brutal contração da demanda provocada pelo arrocho mone-

tário. Isto revela aquilo que já foi dito em outras oportunidades: como os preços hoje no Brasil são em geral preços de monopólios ou oligopólio e têm uma autonomia relativamente grande das flutuações do mercado.

Se os preços estão amarrados, pressiona-se, por outro lado, os salários para baixo. O rebaixamento do salário mínimo para o seu patamar histórico mais baixo, a desconsideração da inflação dos primeiros dias de março, o conto da inflação zero de abril são apenas os mecanismos institucionais deste arrocho.

A pressão pela redução dos salários com igual redução de jornada (houve mesmo um caso como da construtora Mendes Júnior, em Minas Gerais, no qual os trabalhadores tiveram de reduzir salário mantendo a mesma jornada!) pretende ser mais duradoura na medida em que está amarrada umbilicalmente ao processo da recessão.

Esta é a aposta do Plano Collor ao desmontar os mecanismos institucionais de reajuste salarial e jogar com a "livre negociação" através do mercado.

Recessão e emprego

Além disto, a crise é quase sempre um momento clássico de concentração do capital, de racionalização de seus custos e de modernização. É um período onde cada empresa faz um esforço particular para elevar a sua produtividade. Quem tem melhores condições para operar estas mudanças é o grande capital, em particular o multinacional.

Os processos clássicos de intensificação do trabalho têm lugar: aumento das horas-extras, do ritmo de trabalho, reorganização das cadeias de produção, a introdução de novas tecnologias. Em geral, todos estes processos têm uma repercussão direta no nível de emprego, isto é, a retomada da produção no período seguinte se faz com o emprego de um menor número relativo de trabalhadores.

A tabela seguinte, organizada com dados da Fiesp, demonstra este processo para o período recessivo de 1981-83 e a recuperação econômica dos anos seguintes.



Indicador do nível de atividade população ocupada (São Paulo) e horas trabalhadas na produção (segundo a FIESP)

ANO	INA	PO	HT
1978	100	100	100
1979	106,4	103,5	103,6
1980	112,6	107,3	108,3
1981	103,0	99,9	95,0
1982	103,6	95,0	89,3
1983	98,4	87,6	80,4
1984	108,4	87,4	83,6
1985	120,58	94,8	95,2
1986	135,24	104,3	106,3
1987	134,2	106,5	106,9

Comparando o nível de atividade do ano de 1980 (o ano anterior à eclosão da recessão) com o de 1985 (segundo ano de recuperação da economia, primeiro em que o nível de atividade do período pré-recessão é atingido e discretamente ultrapassado) pode-se constatar que embora este índice seja próximo, o pessoal ocupado

não atinge o mesmo nível de 1980. Esse será quase alcançado em 1987, mas para um nível de atividade quase 20% maior.

Assim vemos, como a lógica recessiva opõe até de maneira mais frontal os interesses de trabalhadores e grandes capitalistas do que no período de expansão.

Um caminho para lutar

Retomar o fio que ameaça se perder da alternativa democrática e popular, retomar a energia das esperanças despertadas quando da campanha de Lula à presidência: na luta contra o Plano Collor são os rumos da sociedade brasileira que estamos disputando.



Os impasses do movimento operário na atual conjuntura expressam a dificuldade de estabelecer uma ponte com o acúmulo político conquistado na campanha presidencial.

Principalmente no segundo turno, o PT e a Frente Brasil Popular construíram a posição, perante dezenas de milhões de brasileiros, de uma alternativa do governo para o país. As classes dominantes estão empenhadas em apagar este fato de dimensões históricas da memória popular, isolar o PT e fazer recuar o horizonte da CUT a uma atividade sindical de caráter limitado e defensivo.

O desafio colocado pelo Plano Collor pode ser, então, assim resumido: conseguiremos manter e aprofundar a posição de ser uma força política que se projeta como alternativa de direção da sociedade ou recuaremos para uma posição subordinada, com o horizonte limitado às tarefas de resistência e oposição ao governo Collor, adiando para um futuro indefinido a retomada de uma ofensiva de caráter global.

No editorial da edição de novembro de 1989, chamávamos a atenção para duas falhas centrais na campanha da Frente Brasil Popular: a dificuldade reiterada da CUT em marcar uma presença ativa e centralizada na conjuntura eleitoral do segundo semestre e a incapacidade do PT em organizar a enorme ampliação de sua influência de massas através da formação massiva dos Comitês Populares.

No momento seguinte às eleições, estas falhas do nosso movimento se desdobraram em uma paralisia, na ausência de qualquer iniciativa de peso frente à escalada hiperinflacionária.

Este foi um período particularmente importante. Collor conscientemente optou por não adiantar a posse e contemplar placidamente a deterioração da situação econômica. O cálculo evidente é que seu plano econômico teria um impacto tanto mais positivo quanto mais insuportável se tornasse o inferno inflacionário para as massas.

Teria sido fundamental que, neste período, a Frente Brasil Popular tivesse apresentado um plano de enfrentamento da hiperinflação, a partir do ponto de vista dos trabalhadores. Ele teria, ao menos, servido

como uma referência crítica ao Plano Collor, balizando desde já a resposta do movimento operário.

A primeira fase

Assim, quando o Plano Collor veio à luz, cercado de todos os holofotes da publicidade, e de um coro entusiasmado de adesões de economistas das mais variadas correntes econômicas, ele ocupou sozinho a cena. Foi recebido quase como um "Plano de Salvação Nacional", isto é, como o remédio amargo, mas necessário para evitar a queda no abismo.

É importante entender que mesmo neste momento posterior nós não apresentamos um plano coerente e global, crítico e contraposto ao Plano Collor, de enfrentamento da hiperinflação. O documento oficial de posicionamento do PT, aprovado no Diretório Nacional do Partido, fazia a crítica global e justa ao Plano Collor, elaborava propostas setoriais para os seus itens mais importantes, mas não formulava uma alternativa global e coerente a ele.

Enfim, o Plano Collor se impôs praticamente como referência única no debate das alternativas econômicas para o país. As críticas dirigidas a ele, por parte de posições à direita ou à esquerda, passaram a se concentrar cada vez mais na alteração de alguns de seus itens (como a modificação dos tetos de confisco da poupança, das fórmulas institucionais através das quais o processo de privatização das estatais se dará, da recomposição da perda salarial imposta pelo Plano), na necessidade de se tomarem medidas para evitar que as tendências recessivas não configurem um quadro mais drástico de uma depressão duradoura da economia.

Pressionado para se confor-



mar aos horizontes estreitos (e ideológicos) desta disputa, os trabalhadores tiveram em seguida que se subordinar a uma disputa extremamente desfavorável no campo parlamentar. A concentração de esforços na batalha parlamentar, para onde se deslocou a liderança do PT, gerou, como era previsível, frutos quase nulos.

Ao mesmo tempo, a campanha de massas aprovada pelo plenário nacional da CUT não conseguia se enraizar no primeiro momento. Neste vácuo de uma resposta organizada, começaram a se avolumar as pressões para a redução de salários com redução de jornadas e toda sorte de pressões.

Segundo round

Os fatos, no entanto, ainda estão muito longe de terem alcançado um resultado duradouro. O Plano Collor sofre de um conjunto de contradições internas que vão muito além dos problemas originados de sua complexa implementação. Em especial, repetimos, o movimento operário

ainda não sofreu nenhuma derrota que mudasse de forma qualitativa as suas condições de se opor ao Plano Collor.

O fundamental é que superamos os desequilíbrios e desorientações passageiras da resposta de primeira hora.

Temos, em primeiro lugar, de ser capazes de apresentar de forma límpida e clara à sociedade brasileira um plano econômico alternativo aos horizontes sombrios da hiperinflação ou da recessão prolongada.

Temos, em segundo lugar, que saber combinar a enorme força institucional que acumulamos com a capacidade de resistência já por tantas vezes demonstrada da CUT.

O nosso objetivo não pode ser outro senão o de ir criando as condições políticas e organizativas para colocar em um mesmo movimento nacional de massas os trabalhadores e os setores populares. Um movimento que questione a própria vigência do Plano Collor e do governo que o sustenta.



Liberdade não tem muros

Este é o slogan proposto para marcar a pré-candidatura de Tatau Godinho a deputada federal em São Paulo, retomando o símbolo da derrubada dos regimes estalinistas da Europa do Leste. Tatau, membro da executiva estadual do PT, dirigente da tendência Democracia Socialista e ativista do movimento de mulheres, fala aqui das perspectivas para sua campanha.

Porque a DS optou por lançar sua candidatura em São Paulo, qual o seu significado político?

Acreditamos que o grande desafio colocado neste momento para o partido é a confrontação com o projeto neoliberal e conservador que está sendo encaminhado pelo governo Collor. A ele contrapomos uma alternativa Global. E a campanha será um momento privilegiado para isso.

Existem duas dimensões básicas. De um lado, na disputa de projetos na sociedade, temos que oferecer uma alternativa acabada a Collor. Isso passa pelo PT fortalecer sua hegemonia no campo democrático e popular e capacitá-lo a funcionar, em todos os sentidos, como o pólo fundamental de oposição.

De outro, já na campanha presidencial, a disputa em torno da opção capitalismo ou socialismo esteve colocada com importância. Ela ganha agora maior atualidade com a crise do estalinismo. Há uma forte ofensiva ideológica da classe dominante, no plano nacional e internacional, onde a crise do leste europeu é apresentada como a crise global do socialismo. Isso chega a abalar e desorientar mesmo setores do próprio PT. É vital que o coletivo partidário possa dar uma resposta afirmativa a esta questão.

Buscamos um perfil de candidatura que pudesse enfrentar, de forma privilegiada, este tipo de questão, uma candidatura com peso de direção partidária e condições de travar estes debates.

Isto explica também a opção pela candidatura à deputado federal. É em torno da eleição para a Câmara Federal que esta discussão será, em grande parte, travada. Depois, a bancada federal tem um peso importante na atuação mais geral do partido, nas propostas que formula, na atuação institucional, etc. E, por fim, os deputados federais funcionam, em alguma medida, como por-

ta-vozes das posições do partido na sociedade.

Você poderia detalhar mais o que seriam as prioridades de sua campanha?

A questão mais em evidência é, naturalmente, a do socialismo. A crise nos países do leste europeu é um profundo golpe nas concepções de toda uma série de setores que não se aprofundaram na crítica do estalinismo e da burocracia, que viam estas sociedades como socialistas. Esta visão de mundo, que dividia o mundo em dois campos, o capitalista e o socialista, perde agora qualquer base objetiva. Temos, em vários setores, uma profunda desorientação estratégica e ideológica.

É uma situação contraditória. De um lado, está se generalizando a compreensão da importância da democracia socialista, do socialismo como auto-emancipação dos trabalhadores, uma visão crítica dos pilares do sistema burocrático, como o partido único e monolítico, restrições às liberdades democráticas, etc.

De outro lado, porém, alguns setores começam a questionar os fundamentos de uma perspectiva revolucionária. Para alguns é riscar do mapa a obra do Lenin, que é apresentado como responsável pelo estalinismo, para outros trata-se de questionar o marxismo em aspectos fundamentais, como se o estalinismo não representasse a própria negação do marxismo. Há um questionamento ao projeto de emancipação construído em torno da idéia da revolução socialista.

Assim, ao mesmo tempo que buscamos aprofundar o caráter democrático e libertário do socialismo, temos que resgatar a idéia da revolução dos ataques que sofre, defender um projeto socialista e revolucionário. A nossa perspectiva de realização da utopia humana tem que ter agentes sociais que a encaminhem, daí a atualidade da análise marxista das classes do caráter do Estado, da necessidade do partido revolucionário, etc. Hoje o

risco maior colocado pela crise do estalinismo é a regressão a posições social democratas.

É por isso que parte de nossa atividade interna ao PT é a defesa de sua construção como um partido socialista e revolucionário, um partido de vanguarda e de massa, democrático, de combate, dirigente das lutas, capaz de fazer frente às tarefas colocadas pela revolução social em nosso país. Toda a experiência acumulada ao longo do século XX neste campo deve ser aplicada ao PT, que tem hoje, com o cresci-

mento de sua influência institucional, necessidade cada vez maior de aprimorar sua relação direta com os movimentos sociais, seu papel na organização das lutas dos trabalhadores.

um projeto de auto-emancipação dos trabalhadores. A libertação das mulheres é parte indissolúvel desta perspectiva. O capitalismo não apenas explora os assalariados, mas estrutura mecanismos de opressão de diferentes setores da sociedade que são vitais para a sobrevivência e expansão do sistema. As mulheres, que sofrem a opressão capitalista e patriarcal, são a metade da sociedade e sua rebelião possui um enorme potencial revolucionário. Não podemos construir um projeto



socialista sem sua perspectiva ativa.

Um último aspecto importante é a compreensão que temos do que é um mandato parlamentar, da sua utilização em um sentido não institucional, de uma ação parlamentar que, sem deixar de intervir neste plano, seja um ponto de apoio para lutas e movimentos que se desenvolvem nas ruas, fábricas, escolas, bairros.

Você sempre foi ativa no movimento de mulheres. Que papel esta questão ocupa na sua campanha?

É uma dimensão importante por vários motivos. De um lado, a DS sempre se considerou uma tendência feminista. A li-

bertação das mulheres da opressão patriarcal é uma dimensão central de nossa compreensão da democracia socialista e o movimento de mulheres um componente importante do bloco anticapitalista e socialista que procuramos construir. Nossa perspectiva de construção do movimento e de um feminismo socialista é parte de nosso projeto estratégico e lutamos para difundir essa concepção para todo o PT.

De outro, tenho uma trajetória de militância que sempre combinou a militância partidária geral com a intervenção no movimento de mulheres. E isso se reflete na campanha e se refletirá em um eventual mandato. É muito importante que haja no parlamento mulheres feministas com capacidade de intervenção política geral.

Você está enfatizando a defesa de uma concepção socialista e revolucionária. Isso não parece uma perspectiva muito ideológica?

Um dos problemas daqueles que agora questionam a revolução é justamente a tendência a enfatizarem o institucional e o ideológico. Mas para nós o decisivo é a luta social, a luta das classes exploradas e oprimidas, a luta dos distintos setores com contradições com o capitalismo. Isso significa organização de movimentos, da CUT, de entidades independentes, e a construção de um projeto político enraizado e integrando cada luta e cada movimento. A auto-organização dos trabalhadores e do povo, passarmos a atuar politicamente e sermos agentes de nosso próprio destino, não é uma perspectiva para o socialismo, mas uma prática política que tem marcado nossa atuação na CUT, nos movimentos sociais. É a única forma de darmos concretude à nossa luta pelo socialismo, de fazermos política com idéias mas também com pessoas reais. Quando falamos de disputa de hegemonia, falamos de lutas e movimentos, de organização independente e articulação política.

As alianças com o PDT

A política de alianças do PT tem na relação com o PDT seu ponto mais débil, enfraquecendo o esforço da construção própria do partido.

Raul Pont

O DN do PT, em sua penúltima reunião, aprovou uma orientação para a política de alianças nas eleições deste ano. Seria impossível esperar o VII Encontro, pois estaríamos diante de fatos consumados nos estados.

As eleições, ocorrendo em 3 de outubro, impuseram um novo ritmo ao calendário do partido. A direção partidária baseou-se nas resoluções do V e VI encontros nacionais que estabeleceram, soberanamente, a posição partidária nestas ocasiões, principalmente nas resoluções do V Encontro, foi aprovada uma política de alianças embasada numa estratégia de luta pelo socialismo, onde a busca de unidade dar-se-á junto aos partidos que conosco atuam no movimento popular, sindical e estudantil e se reivindicam também do socialismo: os PCs e o PSB. Incluíam-se nesse campo grupos menores ou com expressão regionalizada e setorial, como o PV.

O ponto polêmico e resolvido por maioria foi a extensão do leque de alianças na direção do PDT.

Os argumentos que convenceram a maioria do encontro apontaram para a necessidade do PT e a aliança que hegemonizássemos, ser ouvido e atrair setores da pequena produção ou setores dos serviços e camadas assalariadas médias. E o PDT era apontado como uma força que aglutina ou representa parcelas desses setores e possui uma trajetória do vínculo popular herdado do populismo trabalhista, agora sob o comando de Leonel Brizola.

A nossa corrente, a DS, bateu-se, junto com outros setores do partido, contra essa orientação, pois se era e é correto que o PT busque atingir os setores da pequena propriedade e dos assalariados médios, não vemos no PDT uma expressão orgânica nem programática desses setores sociais.

Alianças em 1988

Nas eleições municipais de 1988, e na quase totalidade dos municípios, nossas alianças restringiram-se aos partidos comunistas e socialistas ou lançamos chapas próprias. A realidade dos enfrentamentos cotidianos localizados e a composição social do PDT tornaram inviável es-



sa aliança. Seria oportuno o partido avaliar o ocorrido nos poucos municípios em que integramos coligações com os trabalhistas.

No Rio Grande do Sul, tivemos um exemplo claro da política do PDT. Em quase cem municípios, o PDT coligou com o PDS, PMDB e o PFL. Em uma dezena deles coligou com todos contra o PT. Isto tudo ocorreu sem nenhum problema interno ou programático, como já tinha ocorrido em 1986, na disputa do governo do Estado, quando sob a batuta de Brizola, o PDT coligou com o PDS.

A campanha Lula

A chegada da Frente Brasil Popular no segundo turno e o leque de apoios à candidatura Lula reascendeu a polêmica interna sobre a relação com Brizola e o PDT. As lições anteriores, principalmente das eleições municipais de 88, foram esquecidas apesar dos avanços programáticos no VI Encontro.

A concepção do programa democrático-popular aprovada repetia o V Encontro, mas as definições sobre as alianças, a necessidade de pensá-las dentro de uma estratégia socialista e o reconhecimento explícito de que não viveríamos uma fase, uma etapa de "capitalismo popular" caso vencêssemos as eleições significavam um avanço. "Ao contrário", diz a resolução aprovada no VI Encontro, "através de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil. Por estas condições, o governo democrático-popular e o início da transição ao socialismo são os do mesmo processo".

Se esta concepção é correta, impõe-se que nos momentos eleitorais, onde assumimos projetos de governo, nossas alianças devem estar subordinadas a essa estratégia e à unidade do campo classista, a união dos partidos que se reivindicam do socialismo, tor-

na-se uma decorrência na luta pela hegemonia e construção da alternativa socialista.

Infelizmente, não foi isso que ocorreu.

A linha do Diretório Nacional

As decisões do DN deste ano abriram as exceções regionais para discutirmos com o PDT e inclusive com setores do PSDB, que haviam passado pelo MUP.

A abertura dessas exceções foi acompanhada por uma insistente posição, capitaneada por dirigentes como Lula e Gushiken, que durante meses pressionaram o partido no Rio de Janeiro a coligar e apoiar o PDT naquele estado. Isso acabou não acontecendo graças à democracia interna que possuímos e à rejeição dessas teses pelas bases e pela direção regional do Rio de Janeiro.

Santa Catarina e Pará encaminham alianças visando ampliar e aproximar-se do le-

que do segundo turno no ano passado.

Essa política é um equívoco. Tem razão os companheiros cariocas em reagirem a essa tese e trabalharem na perspectiva de candidatura própria.

Alguns companheiros, dirigentes nacionais do PT, impressionaram-se com a performance de Brizola e os resultados eleitorais alcançados, principalmente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Isso, no entanto, não pode obscurecer a realidade do PDT em cada estado, sua política cotidiana, sua composição social e suas alianças. Ai, tudo aponta no sentido oposto ao que o PT propõe e realiza nos parlamentos, nas administrações e nos movimentos sociais.

Unidade no campo classista e socialista

A possibilidade de coligação com o PDT nos enfraqueceu, numa política nacional coesa e unitária. Abriu brechas sérias pois, no encaminhamento das frentes com os PCs e PSB, éramos cobrados de que o PDT poderia estar na frente, porque não o leque do segundo turno? E, aí, sofremos uma influência crescente e diluidora, pois ao invés de uma firme ação hegemônica no campo da esquerda, dávamos argumentos, através da grande imprensa, para facilitar que os PCs, principalmente, questionassem nossa política central, que era a unidade de esquerda, no campo socialista.

Isso não é uma questão apenas tática, pois a não-continuidade da experiência positiva da Frente Brasil Popular prejudicará enormemente a unidade do campo classista e socialista.

A curto prazo, esta política subordina a FBP a alianças onde o PT termina por fornecer legenda para outras forças e deixa de aglutinar a esquerda — uma necessidade histórica — além, de perder, mesmo do ponto de vista imediato, abrindo mão do espaço de construção própria. Com isso, querendo reafirmar, do ponto de vista tático e estratégico, a política de alianças aprovada no VI Encontro Nacional.

Raul Pont é membro do diretório nacional, deputado e presidente regional do PT do Rio Grande do Sul

Metalúrgicos de São Paulo

Impasses da política classista



O "sindicalismo de resultados" obteve uma contundente vitória sobre a CUT nas eleições para os metalúrgicos de São Paulo: 74% contra 21% dos votos em um colégio de 82 mil metalúrgicos.

A tarefa de avaliar estes resultados exige de nós identificar o núcleo de um problema novo. Trata-se de rastrear o crescimento da influência de uma corrente burguesa em uma categoria de trabalhadores estratégica.

Explicar porque operários de fábricas em luta não se desvencilham de uma direção de conciliação de classes, como o fariam com os pelegos tradicionais. Esta avaliação tem que explicar como as forças de oposição podem ter uma grande votação para a eleição de representantes para a Cipa em várias fábricas e ter nelas um coeficiente de votos bem menor quando da disputa das eleições sindicais. Explicar até situações em que a oposição dirigia greves em fábricas nas quais Medeiros ganhou ou aumentou expressivamente sua votação em relação às eleições sindicais de 1987.

Em suma, temos que explicar como no 2º turno Lula teve uma boa votação na categoria e a Oposição da CUT, três meses depois, uma baixa votação.

Mas, em grande medida, temos uma compreensão que ainda não tirou todas as consequências práticas da "novidade" representada pelo sindicalismo de resultados em relação ao peleguismo tradicional.

Pode parecer uma conclusão rebaixada, mas um dos saldos da eleição metalúrgica foi a própria participação de uma chapa de oposição da CUT no processo. E pode-se creditar isso ao Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica (MOSM-SP), a corrente de oposição de maior peso na categoria, que em todo o processo de formação da chapa fez tudo para alcançar a unidade da CUT, inclusive abrindo mão de encabeçar a chapa.

O pior desempenho ficou com a Articulação Sindical que se apresentou dividida: a maioria dos seus quadros metalúrgicos, capitaneados por Lúcio Bellantani buscava compor com Medeiros e seus porta-vozes oficiais e alguns militantes de base queriam uma chapa no campo combativo. No final, nem Bellantani compôs com Medeiros, nem houve um real empenho da Articulação Sindical na campanha da chapa de oposição.

A composição com Medeiros teria praticamente inviabilizado uma chapa de oposição. E esse era o objetivo de Medeiros, ao acenar com uma proposta de acordo para a Articulação Sindical. Teria sido uma vitória total, ao se apresentar como candidato de concurso na principal categoria operária do país. E a CUT, principal central sindical, ficaria como não tendo nada a dizer aos Metalúrgicos de São Paulo e, por isso, integrada ao campo

Ao reduzir todas as aspirações da classe operária ao "imediató" e ligar isso ao "imediató" do capital, o sindicalismo de resultados desestrutura a consciência classista.

do "sindicalismo de resultados", na categoria.

SEPARAÇÃO DO PELEGUISMO

As classes dominantes demoraram a dar uma resposta real ao ascenso e recomposição do movimento operário brasileiro. Só em 1987 com a eleição da Chapa encabeçada por Medeiros, contra uma CUT dividida, que começa a

se articular uma resposta burguesa no interior do movimento operário contra o sindicalismo classista surgido em finais dos anos 70. A indicação de Magri ao Ministério do Trabalho é a continuação dessa ofensiva.

O tipo antigo de pelego é aquele que tem medo da massa da categoria e que busca ganhar adesão na base do puro assistencialismo. Combate os setores classistas apenas com a delação e todo tipo de acordos com os patrões. Assim, o sindicato para a categoria é uma entidade "estranha", ausente nas suas reivindicações cotidianas.

Esse peleguismo tentou até a crise da CGT ser reciclada pelos setores reformistas, mas sem sucesso. A cada movimento de massa na categoria sua face de traição de classe aparecia.

Espremido pelo ciclo ascendente das lutas sindicais em toda a década, o sindicalismo pelego tradicional sucumbia frente a oposições sindicais ideológica, imprimir o ritmo político à categoria em 1990. Chavões como "Queremos que o patrão tenha muito lucro para enfiar a mão no seu bolso e encher o nosso", marcam o horizonte atual das lutas da categoria. O fenômeno generalizado do economismo nas greves — independente da orientação política da sua direção — criou um campo fértil para essa ofensiva ideológica burguesa.

Mas há que se notar que este efeito é relativamente recente. Ao longo do ano passado, Medeiros sofreu um forte desgaste. Sua adesão incondicional aos pactos sociais de Sarney, sua orientação contra a greve geral de março e finalmente seu apoio a Collor (quando em suas próprias bases se generalizava o apoio ao Lula), o deixaram em situação difícil.

A vitória de Collor, a ausência de um "retorno" da Frente Brasil Popular dando continuidade à luta política após as



classistas, inclusive as mais fracas.

O "sindicalismo de resultados" procura construir uma alternativa burguesa a esse peleguismo em decadência. Para tanto vai combinar quatro elementos fundamentais: (a) uma ofensiva ideológica anti classista; (b) a busca de construir uma direção sindical "confiável" anti-CUT; (c) o forte aumento do assistencialismo; e (d) tentativa de criar bases "orgânicas" na categoria.

O resultado nessas quatro frentes foi muito desigual e ainda é instável. Dependerá da reorientação do trabalho das forças de oposição e das iniciativas políticas que tome a CUT frente à conjuntura para criar um novo patamar de enfrentamento com o "sindicalismo de resultados" na categoria.

DESESTRUTURAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Os dois principais resultados, por enquanto obtidos por Medeiros, são o de ter conseguido, através da ofensiva

eleição, e o desnorreamento da CUT frente à ameaça da hiperinflação primeiro, e frente ao pacote depois, formam o contexto a partir do qual Medeiros pôde recompor sua ofensiva política.

Mas o que explica a facilidade da ofensiva está dentro da categoria, no trabalho das forças de oposição.

Ao reduzir todas as aspirações da classe operária ao "imediató", e ligar isso ao "imediató" do capital (o que continuou com o Plano Collor na aliança com empresários contra a recessão), o "sindicalismo de resultados" conseguiu estruturação sob a forma de uma consciência burguesa para o proletariado. Mas o sucesso desta ofensiva dependerá do confronto que está em curso.

Essa desestruturação é que faz com que milhares de metalúrgicos votem em Lula para presidente, façam greve contra o arrocho e elejam Medeiros para o Sindicato.

“FANTASMA” AUSENTE

Esta ofensiva ideológica permitiu a Medeiros fincar pé nos movimentos reivindicatórios da categoria. Greves dispersas e com final arranjado com as diretorias de empresas foram o cenário onde dezenas de vezes fez seus discursos sobre os “resultados imediatos”.

Os acertos prévios com os patrões lhe permitiam, de outro lado, aparecer como a “direção e o negociador confiável” (contra o aventureirismo da CUT).

Assim, ao invés de correr das greves, quando isoladas ou dispersas, Medeiros vai à procura delas, consciente que não ultrapassam seu próprio limite reivindicativo, econômico.

Há que se entender que a batalha decisiva numa entidade de massas se dá em seu interior, através da disputa de posições entre a CUT e o “sindicalismo de resultados”.

O único fantasma que ronda o “sindicalismo de resultados” (assim como qualquer sindicalismo pelego) é o dos movimentos gerais da categoria e da classe. Porque estes movimentos levam em sua alma a generalização do confronto, e em consequência uma política classista.

Mas, desde a greve de março de 89, o “fantasma” não reapareceu. E, hoje, a avalanche recessiva força a dispersão das lutas no movimento sindical.

Com essa nova perspectiva, o “sindicalismo de resultados” pôde abrir a porta do sindicato à categoria. É óbvio que o assistencialismo continua jogando um grande papel (até porque é a forma mais “imediata” de “resolver” o problema do trabalhador). Mas agora, sob o manto da ofensiva ideológica burguesa, Medeiros pôde fazer campa-

nhas de sindicalização, convidar os trabalhadores às sub sedes e outras estruturas do sindicato. Isto é, constituir o Sindicato como uma entidade reconhecida pela massa.

E é nesse aspecto que as forças de oposição estiveram ausentes. Ao contrário do que era feito em outros períodos, não se tentou uma disputa com a diretoria no espaço do sindicato (fora as pouquíssimas assembléias da categoria). E o sindicato deixou de ser (como quando os pelegos tradicionais dominavam) uma entidade externa à categoria.

Isso explica grande parte da derrota.

LINHAS OFENSIVAS

Para derrotar o “sindicalismo de resultados” nos meta-

lutas da categoria num nível de generalização e politização. Para isso, o Departamento assistência médica ou legal de vez em quando. Passou a ser parte do cotidiano da categoria. Em consequência a influência tem que ser disputada nesse cotidiano, no seu próprio espaço.

A política de apenas criar um “campo da CUT” na categoria se mostrou incorreta porque o Sindicato passa a ser de uso exclusivo da diretoria. A proposta de Bellantani de compor com Medeiros seria o suicídio político, já que apagaria toda fronteira entre o “sindicalismo de resultados” e a CUT, reforça a desestruturação da consciência na categoria, tensiona ainda mais nossa central a ficar nos limites economicistas. Em suma, liquidaria na categoria todo o acúmulo de dez anos de recomposição do sindicalismo classista.

A política de unidade, seguida na composição da chapa de oposição da CUT cria a densidade necessária para enfrentar esta tarefa de ocupar posições no sindicato. Constitui-se assim um dos principais saldos da campanha.

De outro lado, para realizar esta política será necessário dar um combate decidido ao gangsterismo no sindicato e à falta de democracia nos seus espaços. De fato, a presença de mercenários pagos pelo “sindicalismo de resultados” é também um dos motivos do “uso exclusivo” que a diretoria tem da entidade. Mas esse é um problema para nossa resposta política, não uma impossibilidade absoluta.

DISPUTA NACIONAL

De outro lado, a disputa nos metalúrgicos de São Paulo tem uma dimensão nacional indiscutível. E aqui se mostrou uma grave deficiência tanto da CUT como do PT.

É óbvio que as forças de oposição sozinhas têm uma dificuldade enorme de colocar as



Nacionais (e o Estadual) dos Metalúrgicos da CUT tem um papel fundamental. Mas aqui, as posições conciliadoras de um setor da Articulação Sindical (Bellantani) somadas às dificuldades que a CUT enfrenta para dar uma resposta global à crise social neutralizaram o papel do Departamento da disputa.

Por sua vez, a nula presença orgânica do PT na categoria

faz com que o partido, mesmo tendo orientações corretas para a disputa, não repercuta suas posições nos foruns da oposição.

Também não se combinou a atividade puramente partidária com os ritmos da luta sindical. Por exemplo, a campanha do Lula praticamente não teve retorno junto às bases sindicais após o segundo turno. Isto sem dúvida deixou um “vácuo” que o “sindicalismo de resultados” aproveitou para apagar da memória da categoria sua vinculação com o Collor.

Mas, a ausência do PT é marcada sobretudo pela falta de um debate orgânico dos membros do partido na categoria sobre os rumos da oposição.

Outro fator que foi assinalado como causador da derrota foram as condições conjunturais. Certamente, Medeiros antecipou vários meses as eleições para colar na posse do governo na pirotecnia e nos efeitos especiais do Plano Collor. Mas isto apenas pode explicar apenas a “margem” com que Medeiros ganhou e não a vitória em si.

Resultado das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/Por região

CHAPA 2 - OPOSICAO - UNIDADE E LUTA
ELEICAO 1990 - SINDICATO DOS METALURGICOS DE SAO PAULO

	ELEITORES 1 SOBRE 100.877	VOTOS % SOBRE 81.727	CHAPA 1 CHAPA 2 NULOS BRANCOS			
			% SOBRE TOTAL DE VOTOS			
SUL	21.928 21.74%	17.885 21.64%	12.123 68.56%	4.588 25.94%	778 4.38%	188 1.12%
ORSTR	18.878 18.52%	14.833 17.54%	9.828 68.25%	3.893 25.77%	588 4.11%	125 0.87%
MOOCA	17.221 17.57%	14.537 17.73%	10.485 72.19%	3.118 21.48%	748 5.15%	174 1.20%
LRSTR 2	15.971 15.83%	13.442 16.45%	10.354 77.03%	2.388 17.82%	598 4.43%	124 0.92%
SEDE	10.880 10.78%	9.085 11.12%	7.889 86.83%	884 7.53%	434 4.78%	78 0.88%
NORTE	7.784 7.70%	6.458 7.90%	5.020 77.74%	1.082 16.75%	298 4.61%	58 0.90%
SUDESTR	8.748 6.69%	5.287 6.44%	3.837 69.08%	1.302 24.72%	252 4.78%	78 1.44%
CRNTRO	1.187 1.18%	820 1.13%	718 77.82%	155 18.85%	40 4.35%	9 0.98%
TOTAL GERAL	100.877 100.00%	81.727 100.00%	60.180 73.81%	18.891 20.79%	3.734 4.57%	842 1.03%

Espírito Santo

Vitória da CUT na Vale

Realizou-se, de 16 a 20 de abril, a eleição de um dos principais pólos da CUT no Espírito Santo, o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Vale do Rio Doce.

Concorreram quatro chapas: a 1 é a continuidade da diretoria anterior, da CUT; a 2 é composta pela minoria desta diretoria (ligada ao PDT) e com o apoio do PCdoB; e as outras duas — 3 e 4 — foram

formadas por ex-diretores do sindicato dos tempos de peleguismo. Estas duas chapas não tinham a menor adesão da categoria, uma vez que suas propostas estão por demais ultrapassadas para o grau de experiência de luta e conscientização que tem hoje os trabalhadores da empresa.

Tentou-se um acordo entre os cutistas para a formação de uma chapa única da atual dire-

toria, através da composição da chapa em uma convenção da CUT. Entretanto, não houve unidade em torno desta questão entre os membros da diretoria ligados ao PDT, o que os levou a não comparecerem à convenção.

O resultado final foi bastante satisfatório, tendo em vista a esmagadora vitória da chapa 1, composta por cutistas identificados com o PT.

A categoria no Espírito Santo comporta 12 mil trabalhadores na ativa. Destes, votaram 6.610 trabalhadores, com o seguinte resultado:

Chapas	votos	%
1	4.360	66
2	1.502	22
3	545	8
4	71	1



A estratégia da revolução brasileira

A atualidade de um debate

Há uma aparente contradição nos próprios termos do debate sobre o socialismo e a estratégia para alcançá-lo. Pois o PT é um partido essencialmente pragmático. Ele sempre só se coloca os problemas que a realidade lhe coloca e o que pode resolver. Pretender moldar o partido para um plano futuro pareceria assim um esforço destinado a se chocar como nuvem diante de suas duras realidades políticas e organizativas.

Este caráter pragmático faz parte da natureza do PT. É um partido nascido em pleno auge da crise do movimento socialista internacional: nasce sem modelos, sem referências "luminosas" no plano mundial. A relação que ele estabelece com os trabalhadores é muito diversa de uma delimitação estrita típica dos partidos de quadros: o PT se parece muito com as primeiras definições de Marx sobre o partido, reflete de forma muito aproximada o movimento real e independente da classe, com todas as virtudes e contradições que isto implica.

E, por fim, as suas correntes internas estão ainda em um processo de diferenciação e síntese não resolvido. Não há propriamente uma corrente hegemônica no PT: a própria corrente majoritária passou e passa por grandes transformações.

Por isso mesmo, estes debates de natureza programática e estratégica só terão valor se,

balhadores. Isto é, a noção de que os trabalhadores constituem um campo com interesses próprios, distintos e antagônicos em relação à ordem burguesa.

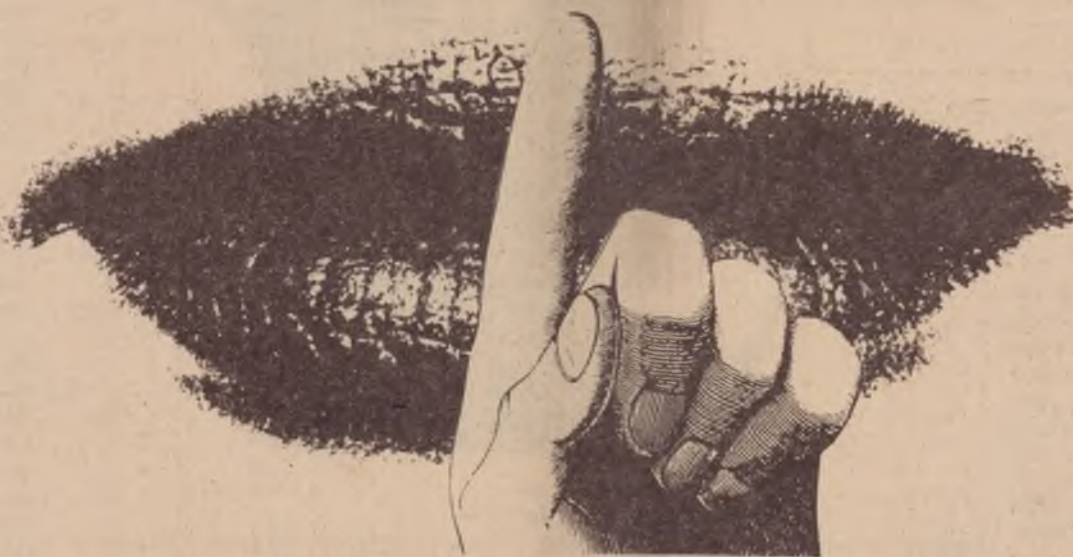
Este elemento estratégico é muito mais do que uma noção abstrata: ele tem uma realidade de carne e osso, a presença política do PT e a presença sindical da CUT, o sentimento de dignidade, auto confiança e auto-organização que encontram poucos paralelos na história do movimento socialista internacional.

Foi este elemento estratégico que garantiu o nascimento do PT contra toda sorte de resistências subjetivas e materiais. Foi ele quem conquistou para os trabalhadores um lugar próprio na luta contra a ditadura militar e protegeu o movimento sindical de um

monia burguesa é frágil e a ordem política instável, tem sido por si só um forte elemento subversivo. É ela quem tem criado as condições subjetivas favoráveis à evolução das possibilidades revolucionárias no seio do PT, como tão bem registram as resoluções do V e VI Encontro Nacional.

Reforma e revolução

A conquista e o exercício da independência política dos trabalhadores deu ao nosso movimento uma forte identidade.



Entretanto, isto é insuficiente para definir por completo o sentido revolucionário do nosso partido e, muito menos, o capacita por si só para dirigir um complexo processo da revolução.

Historicamente, a formação de uma força política e organizativamente autônoma do movimento operário no interior do capitalismo não foi suficiente para definir um sentido revolucionário à sua prática, sendo em várias situações absorvido como uma força reformista.

No caso do Partido dos Trabalhadores, houve sempre nestes dez anos de existência uma convivência tensa, mas rica e profunda, entre revolucionários e companheiros cujo horizonte é a realização de reformas amplas e profundas na sociedade brasileira em benefício dos trabalhadores, as quais não passariam necessariamente por uma revolução.

O PT foi e continua sendo o

grande ponto de encontro entre dirigentes classistas do movimento sindical, cristãos radicalizados, quadros marxistas, parlamentares combativos e lutadores pelos direitos humanos.

Esta indefinição do nosso movimento real expressou-se nestes dez anos em diferentes campos. No terreno ideológico, pela indefinição dos princípios da sociedade socialista pela qual lutamos. No campo programático, por uma forte imprecisão de propostas para a sociedade brasileira. No

campo organizacional, pela construção de uma estrutura organizativa fluida, intermediária entre um partido de núcleos e um partido de filiados, pressionado pela dinâmica parlamentar.

Nestes dez anos, esta indefinição foi importante para a

construção da unidade do partido. Mais do que isso: ela traduzia a consciência real de uma vasta camada de trabalhadores que fazia as suas primeiras experiências de luta contra o capital, de participação autônoma na política.

O peso da ambigüidade

Na medida em que a crise do país foi se tornando cada vez mais grave, global e profunda

e que passamos a disputar a hegemonia política de forma aberta na sociedade esta ambigüidade passa cada vez mais a ser um elemento de confusão.

Passado o período em que a nossa condição de força minoritária nos obrigava a trabalhar com o horizonte da acumulação de forças, as definições estratégicas cobram as suas contas com juros acumulados. Pois na fase de uma disputa de hegemonia aberta na sociedade a própria acumulação de forças depende destas definições estratégicas.

O peso das indefinições atravessa hoje todos os planos de nossa atividade na luta de classes. Está rigorosamente expresso nas nossas administrações populares, cujas intenções políticas estão soterradas pelo peso das opções administrativas, isto é, adaptadas à correlação de forças e à institucionalidade que queremos transformar.

Fere fundo o movimento sindical dirigido por petistas que vê o seu horizonte econômico, os seus métodos de organização corporativos se tornarem impotentes até para exercer uma ação eficaz de defesa dos salários e empregos realmente existentes.

Recorta a atividade parlamentar do partido que se encontrava sitiada e autonomizada, incapaz de se ligar organicamente ao movimento real dos trabalhadores.

Volta-se, enfim, contra o próprio processo de construção do partido que acumulou

O debate estratégico e programático só terão valor se servirem para exercer a crítica das contradições fundamentais de nosso movimento.

ao invés de especularem sobre o futuro, servirem para exercer a crítica do nosso movimento, dos seus limites e contradições e de como superá-los.

Independência de classe

O elemento estratégico central, que acompanha o PT desde a sua origem até agora é a independência política dos tra-

pacto social. Foi também ele quem marcou a referência crítica de massas à transição conservadora. E foi graças a ele que a candidatura Lula ganhou uma projeção na sociedade que quase levou à conquista da presidência da República.

A independência política em uma sociedade com contradições de classe tão violentas como a brasileira, em que a hege-

O exercício da independência política dos trabalhadores deu ao nosso movimento uma identidade. Mas isto é insuficiente para definir o seu sentido revolucionário.

enormes carências organizativas, profundos desequilíbrios entre direção e base, entre crescimento extensivo e capacidade de centralização.

É necessário compreender que estes impasses são estratégicos e se articulam entre si. O que se exige do debate sobre o socialismo e a estratégia é que nos forneçam as opções viáveis e abrangentes para superá-los.



Uma hipótese estratégica central

Há uma relação direta entre o nosso objetivo de construir uma democracia socialista e o nosso caminho estratégico: a luta política de massas a partir de uma posição política independente dos trabalhadores que busca construir uma hegemonia socialista na sociedade.

Esta opção estratégica estabelece uma grande linha de diferenciação com a posição que foi majoritária durante décadas na esquerda brasileira. A noção de uma revolução de caráter democrático-burguês, defendida pelo PCB, tinha como desdobramento imediato a perda da independência política dos trabalhadores e, a partir daí, a incapacidade de travar a luta pela hegemonia.

A linha estratégica adotada pelo PT traça também um marco de separação com as propostas foquistas ou sectárias, que acabam por substituir o movimento real e independente dos trabalhadores pela ação de uma vanguarda exemplar e voluntarista, incapaz de transformar os trabalhadores em agentes de transformação, de fazer a mediação entre o programa socialista e o processo de lutas e de conscientização dos trabalhadores.

Necessidade de ruptura

Exatamente por ser uma opção de luta pela democracia socialista, esta opção estratégica exige a ruptura com o Estado burguês, isto é, o desmonte de suas estruturas de repressão, dos inúmeros mecanismos da burocracia através dos quais o grande capital faz valer os seus interesses e a criação de uma nova legalidade assentada em uma nova concepção de representação política e de exercício de poder.

Para dirigir este processo de ruptura, os trabalhadores têm desde já de preparar as condições políticas e materiais para dobrar a violência desencadeada pelas classes dominantes em defesa de seus interesses. Os trabalhadores não fazem a apologia da violência. Têm, pelo contrário, o interesse em realizar as transformações sociais com o menor uso possível da violência e inscrevem, na sua proposta de democracia, a defesa estratégica dos direitos humanos e das liberdades democrática que as classes dominantes sistematicamente violam. Mas se reservam o direito legítimo de responder à violência desencadeada pelas minorias dominantes contra a vontade transformadora das massas trabalhadoras.

Uma hipótese estratégica

A criação desta possibilidade de ruptura com o Estado burguês deve ser entendida como o processo consciente de construção de uma dualidade de poderes.

Neste sentido, estabelecemos que a hipótese estratégica central deve ser a noção de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro do poder burguês, isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a

criação de novas formas de poder popular.

Esta hipótese estratégica central estabelece um traço de diferenciação nítido entre a experiência brasileira e a experiência bolchevique (onde as possibilidades de acumulação de forças no plano institucional eram bastante reduzidas) ou mesmo os modelos de guerra

popular prolongada (onde a acumulação de forças se faz através da confrontação de fora da institucionalidade que se procura destruir).

Ela procura superar o falso dilema entre “guerra de movimento” e “guerra de posição” ou mesmo o entendimento que vê estas duas modalidades de ação dos trabalhadores como fases sucessivas no tempo. Adota a visão de um confronto de massas prolongado contra o Estado e o grande capital, uma “guerra de movimento prolongada”, onde a ocupação de posições está

desde o início subordinada a esta estratégia de confrontação.

O principal problema a ser equacionado, sem dúvida, é a dinâmica, a dialética que se necessita estabelecer entre estes avanços sobre a institucionalidade burguesa e a construção de formas de poder popular.

Há três elementos chaves nesta dinâmica que é preciso estabelecer.

Definimos uma hipótese estratégica que estabelece um traço de diferenciação nítido entre a experiência brasileira e a bolchevique ou dos modelos de guerra popular prolongada.

Em primeiro lugar, o centro de gravidade da acumulação de forças, o objetivo central do movimento e que subordina os demais, deve ser a construção do poder popular, entendido como o conjunto articulado das diversas organizações autônomas dos trabalhadores, que superem os limites corporativos e que adquiram uma dinâmica crescente de um poder paralelo e antagônico ao Estado burguês.

Em segundo lugar, a ocupação de posições na institucionalidade burguesa — mandatos parlamentares, administrações populares etc. — deve ser

vista como um processo de desestruturação da máquina de dominação do poder burguês, de democratização, de criação de novas referências do exercício da representação e de governo.

Em terceiro lugar, deve ser estabelecida uma relação positiva entre o avanço sobre a institucionalidade e o incentivo à organização popular autônoma. Quanto mais forte for a organização do movimento autônomo dos trabalhadores e setores populares, mais capacidade terá ele de avançar sobre a institucionalidade burguesa e exercer sobre ela seu poder desagregador. Para esta combinação, é preciso que haja opções estratégicas comuns entre a ação na institucionalidade e nos movimentos populares autônomos, a partir de referências partidárias comuns.

Não se trata de um problema apenas organizacional, de uma lógica de como alocar as forças. Os trabalhadores têm de saber usar ao máximo os espaços abertos e conquistados na legalidade burguesa mas com a condição de subordinar esta ocupação à luta pela construção de uma nova legitimidade democrática. E esta legitimidade tem de ser criada antes da batalha decisiva com o grande capital.

Dois desvios estratégicos

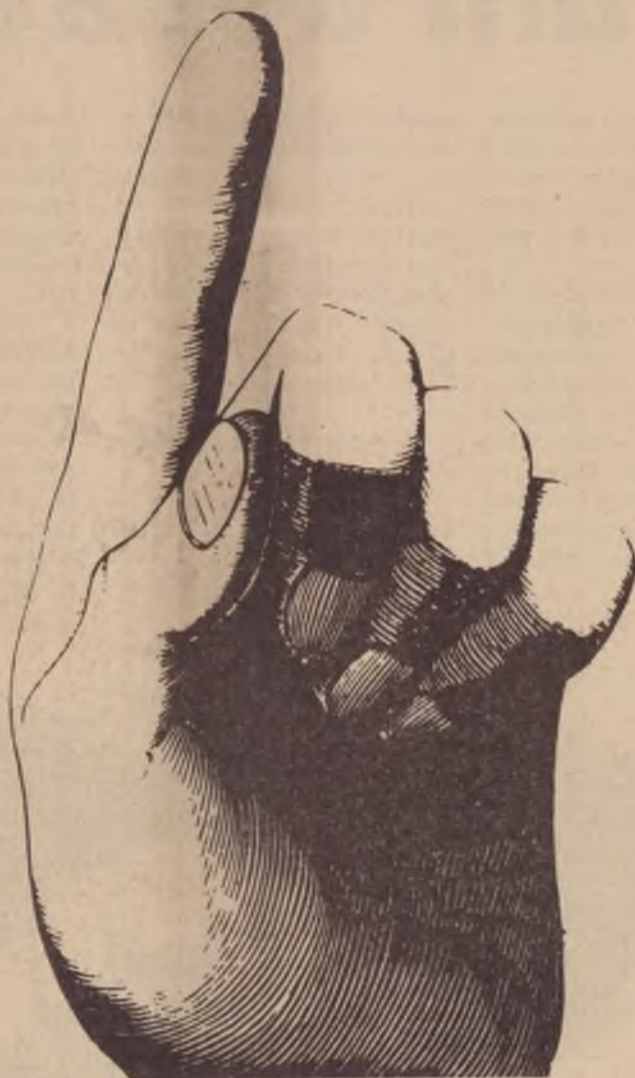
O erro de direita — reformista ou social democrata — nesta hipótese estratégica central se baseia em central os objetivos e a dinâmica do movimento dos trabalhadores no sentido de conquistar o poder via um deslocamento da correlação de forças no interior do Estado burguês. O erro básico desta visão é o de encarar a máquina do Estado burguês como se ela fosse neutra, em querer fazer de uma estrutura construída para oprimir e alienar o poder aos trabalhadores um instrumento para a transformação social.

No plano da economia, o desdobramento deste erro consiste em encarar a luta de classe a partir de uma ótica distributivista, abandonando qualquer perspectiva, em futuro previsível, de socialização dos meios de produção. A tentativa de conciliar as ambições distributivistas com a dinâmica capitalista acaba sendo formulada através de uma aproximação com teorias keynesianas ou neo-keynesianas.

Neste erro estratégico, ocorre uma “divisão de trabalho” entre partidos e sindicatos: o primeiro se concentra em uma dinâmica de disputa na institucionalidade, tendendo a deslocar seus centros de gravidade para a vida parlamentar; o movimento sindical se esgota em uma dinâmica economicista, tendendo a se institucionalizar e a verticalizar suas estruturas.

O erro de caráter esquerdista nesta hipótese estratégica central consiste em estabelecer um programa maximalista, combinado com o objetivo de criação do poder popular à margem da conjuntura, sem equacionar a relação de seu desenvolvimento com a crise da institucionalidade burguesa.

Este erro esquerdista está em geral associado à incapacidade de conceber o partido como de massas e democrático.



As contradições estratégicas do nosso movimento

Éa partir desta visão estratégica que procuraremos estabelecer uma consciência crítica das contradições atuais do nosso movimento.

Tentaremos demonstrar como a sua prática, por força dos limites acumulados nestes dez anos de existência do PT, corre o risco de se tensionar para este desvio estratégico de direita, que procuramos caracterizar há pouco.

Esta tensão exerce já hoje um efeito depressivo sobre as possibilidades mobilizadoras e organizativas de nosso movimento. Se aprofundada, inviabilizará não apenas a construção de uma ordem socialista como também até reformas estruturais, duradouras e profundas na ordem capitalista vigente.

Debilidade hegemônica

Vivemos hoje em meio a uma guerra ideológica intensa e de longo alcance com o neoliberalismo, que utiliza a crise dos regimes do Leste Europeu para torpedear o nosso projeto socialista. **Esta guerra ideológica movida pelo grande capital expõe até a medula a in-**

Não há tradição de consciência e luta anti monopolista no Brasil, em um momento em que o grande capital domina os setores chaves da vida nacional.

digência de nossa atividade no sentido de criar um campo de massas para uma visão de mundo socialista.

Esta indigência está certamente ligada à própria indefinição da sociedade socialista pela qual lutamos. Ela reclama também o alargamento de nosso horizonte crítico do capitalismo brasileiro, a nossa capacidade de denunciar não apenas as distorções ou desequilíbrios deste sistema mas os seus próprios fundamentos.

Esta debilidade hegemônica transparece igualmente na vertente agudamente **economicista** do nosso movimento, isto é, na sua incapacidade de abordar os grandes temas das relações humanas, do comportamento, dos valores culturais e éticos, da relação com a natureza. Chama a atenção a defasagem entre a extensão da influência social que conquistamos (inclusive na intelectualidade) e a ausência de um movimento cultural que integre as nossas propostas de transformação do Estado e da economia em um novo sistema de valores humanos.

E se desdobra na precariedade de nossos instrumentos de luta pela hegemonia (imprensa, meios de comunicação de massa, entidades culturais etc.) que fomos capazes de construir até agora.

Indefinição programática

A participação do PT nas eleições

para a presidência da República foi marcada por um esforço para avançar um programa do partido para a sociedade brasileira. Ambos os esforços, porém, não conseguiram gerar um programa estratégico para a sociedade brasileira, que servisse de referência permanente para a ação dos petistas.

Esta limitação programática de nosso partido — que se desdobra inevitavelmente no horizonte reivindicatório dos movimentos sociais que dirigimos — é particularmente grave em dois temas.

O primeiro deles é a definição do poder popular que queremos construir, dos princípios de organização do Estado e da institucionalidade necessários para a transição ao socialismo. A ausência da definição clara destes princípios acaba por fazer com que as críticas que fazemos à institucionalidade vigente — Constituição, parlamentos, executivos — acabem por se confundir muitas vezes com uma moralização das instituições, com a proposta da correção das distorções de seu funcionamento (corrupção, privilégios etc.) que é necessária, mas insuficiente.

Em particular, a ausência da crítica do Estado burguês e da construção de uma visão programática clara de como deve se organizar o poder popular estabelecem um emaranhado de problemas na intervenção dos petistas nas administrações populares.

O segundo tema é das mudanças estruturais na economia brasileira que propomos. O VI Encontro Nacional do PT, realizado em 1989, aprovou o documento **Diretrizes para um programa de ação do governo** que indica as raízes “antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias” de nossa proposta.

Estas indicações fundamentais, no entanto, não foram concretizadas em um programa claro que possa ser contraposto ao neoliberalismo.

O processo de amadurecimento do capital monopolista no Brasil, ocorrido nas décadas de setenta e oitenta, traduz uma realidade cujas implicações fundamentais para a luta de classe foram apenas inicialmente apreendidas pelos trabalhadores. **Não há tradição de consciência e luta antimonopolista no Brasil.**

Esta limitação programática repercute profundamente na atividade do movimento sindical que se torna incapaz de ferir os centros de poder a partir dos quais o capital monopolista reproduz e aprofunda o processo de concentração da renda.

Dinâmica institucional

Esta limitação programática, por sua vez, se combina com uma tendência que foi se tornando cada vez mais forte nestes últimos anos: a perda da dimensão da globalidade e da necessária integração dos vários planos de atividade do nosso movimento. Isto é, a



O agitador, gravado em madeira de Frans Masereel

criação de uma certa dinâmica autônoma da luta parlamentar, da atividade sindical e, mais recentemente, das administrações populares.

A descentralização da atividade das bancadas parlamentares, o círculo próprio de decisões alienadas da esfera partidária das administrações populares e a compreensão da atividade sindical como um campo à descoberto das diretrizes e instrumentos partidários são hoje aspectos evidentes.

O resultado é uma crescente tensão de adaptação das atividades e formas organizativas do nosso movimento às

O partido vê-se às voltas com a tendência de ter seus centros de gravidade deslocados para o espaço parlamentar e tem dificuldades de criar e movimentar uma estrutura organizativa de base, ancorada no movimento real dos trabalhadores.

Os sindicatos e a CUT consomem energia em uma dinâmica de aparelhos, tendem a verticalizar suas estruturas e encontram enormes dificuldades para fixar e coordenar estruturas nos locais de trabalho.

Ha hoje um enorme descompasso entre a influência eleitoral do nosso movimento, o grau de sua incidência na luta de classes e o nível de auto-organização até agora atingido pelos trabalhadores.

respectivas institucionalidades. **Economicismo, parlamentarismo (e, acrescentamos, administrativismo)** são os demônios que, como tanto tematizou Rosa Luxemburgo, rondavam a social-democracia alemã.

Carências organizativas

As realidades organizacionais adaptam-se — e acabam também por reproduzir — a estas dinâmicas.

E, principalmente, esta dinâmica de institucionalização inibe o processo de formação dos embriões do poder popular na medida em que pressiona para a corporativização das entidades e movimentos. **É inegável que existe hoje um enorme descompasso entre a influência eleitoral de nosso movimento, o grau de sua incidência na luta de classes e os patamares de auto-organização até agora atingidos pelos trabalhadores.**



Quando identificamos estas contradições estratégicas no nosso movimento, estamos muito longe de caracterizar o PT como um partido socialdemocrata. Este tipo de caracterização do PT fez escola entre correntes estalinistas ou que tinham uma interpretação muito dogmática do leninismo e que, na maioria das vezes, tinham uma prática de conciliação de classes.

O que estamos fazendo é simplesmente, como marxistas, entender que a luta de classes não se faz em uma só direção, por uma só via, que, se os trabalhadores exercem um esforço de desestruturação da ordem, as classes dominan-

A cons- monia -

tes realizam vários movimentos e pressões no sentido de neutralizar, subordinar e até integrar o movimento dos trabalhadores.

Esta capacidade de renovação de suas estruturas de dominação, de adaptação a novos desafios da luta de classes, este dinamismo, esta elasticidade foram sempre características do capitalismo em geral subestimadas pelos revolucionários.

Muito menos estamos dizendo que o PT vive já hoje uma dinâmica de integração na sociedade capitalista ou no Estado burguês. O que estamos identificando são tendências da luta de classes que podem e devem ser contrarrestadas, combatidas e superadas por uma política consciente dos trabalhadores.

Análise comparativa

Quando identificamos uma certa capacidade das classes dominantes exercerem uma pressão ideológica e política contínua contra as potencialidades revolucionárias do nosso movimento estamos fazendo uma diferenciação do poder do capitalismo brasileiro em relação ao capitalismo, por exemplo, dos países da Améri-

ca Central ou dos países da América do Sul.

Mas também não estamos atribuindo ao capitalismo brasileiro uma capacidade hegemônica que têm as classes dominantes nos países capitalistas centrais. As diferenças comparativas para com o capitalismo alemão que integrou a maioria do Partido Social-Democrata são a este respeito esclarecedoras.

do que o capitalismo brasileiro que, apesar da forte expansão nas décadas de setenta e oitenta, continua sendo uma economia dependente e submetida a profundas contradições.

Esta lógica imperialista foi acompanhada de uma corrida armamentista e por uma forte expansão do nacionalismo, que penetrou fundo na intelectualidade e entre os trabalha-

do que o capitalismo brasileiro constatamos uma reiterada incapacidade de classes dominantes exercerem uma hegemonia duradoura e de massas.

Entretanto, do ponto de vista institucional as classes dominantes alemãs não conseguiram desenvolver reformas do regime que possibilitassem uma participação minimamente competitiva dos trabalhadores. Um sistema imperial se

danças amplas ocorridas na vida política nacional.

Podemos anotar, enfim, que as classes dominantes estão profundamente empenhadas em criar instituições e leis que, pela força combinada da repressão, pressões e cooptação, se imponha como horizonte de disputa até mesmo para os trabalhadores.

O nosso movimento precisa passar por uma renovação profunda no campo ideológico, programático e organizativo para ser capaz de construir uma hegemonia socialista na luta contra o grande capital e o Estado.

combinava com parlamentos nacional e estaduais com pouquíssimos poderes e um sistema eleitoral extremamente retrógrado. Daí que o impulso eleitoral da socialdemocracia tenha gerado apenas uma forte bancada parlamentar, sem participação em governos.

Renovação profunda

Para fazer frente às tendências integradoras da ordem capitalista os trabalhadores não podem perder a noção de totalidade de sua luta, isto é, têm que ter a capacidade de combinar em um plano estratégico



trução da hege- socialista

coerente os diversos planos de intervenção do movimento.

Têm que sempre trabalhar com um sentido antagônico em suas relações com a ideologia, leis e instituições burguesas. A nossa condição de partido de massas não pode perder de vista a necessidade de desenvolver o sentimento de estranhamento, de oposição, de alteridade dos trabalhadores em relação aos valores burgueses; a nossa condição de partido legal não pode significar o amortecimento de nossa visão crítica das instituições e leis vigentes; a nossa luta por reformas não pode secundarizar a denúncia permanente aos próprios fundamentos do poder do Estado e do grande capital.

É assim que voltamos aos temas abordados no artigo anterior. Para ser capaz de trabalhar a hipótese estratégica central em um sentido revolucionário, para desenvolver plenamente as suas potencialidades revolucionárias, o nosso movimento tem que girar "à esquerda" no plano ideológico, programático, nas ênfases, prioridade e métodos com que trabalha as mobilizações dos trabalhadores e revolucionar a sua estrutura organizativa.

Apesar de ter tido um desenvolvimento tardio, o capitalismo na Alemanha tinha passado por uma estrondosa expansão nas décadas finais do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Era uma potência imperialista em expansão que começara a disputar a supremacia com o imperialismo inglês. Portanto, com muito mais capacidade integradora

dores alemães. O nacionalismo foi a ideologia através da qual as classes dominantes alemãs quebraram a tradição da independência política da socialdemocracia, levando de roldão a própria II Internacional.

Não observamos no Brasil o desenvolvimento de uma ideologia das classes dominantes com tal força. Pelo contrário,

No Brasil, é possível constatar que as classes dominantes têm tido uma flexibilidade muito maior na reforma de suas instituições. Se temos anotado a instabilidade sempre presente do regime da "Nova República", os elementos muito fortes de continuidade entre a ditadura militar e o novo regime, temos também de reconhecer as mu-



As eleições realizadas no dia 18 de março marcam uma mudança dramática na situação da República Democrática Alemã. Os partidos conservadores obtiveram a maioria. Apenas um cidadão em vinte votou pelos que iniciaram o movimento de massas que derrubou o regime estalinista.

A aliança 90 (que reagrupava o Novo Fórum e a Iniciativa pelos direitos do homem e a paz) obteve 2,9% dos votos; A Esquerda Unida, 0,18%; Os Verdes e as Mulheres Independentes, 1,96%.

A evolução da consciência da população alemã expressa a combinação do descrédito em relação ao socialismo, gerado por décadas de domínio estalinista, e a ofensiva rasante do imperialismo alemão. Dezenas de milhões de marcos vindos de Bonn financiaram a campanha eleitoral no país vizinho.

A vitória dos conservadores acelera o complexo processo de reunificação das duas Alemanhas, sob a hegemonia capitalista. Está previsto para 1º de julho próximo a união monetária entre os dois países.

Nas páginas seguintes, publicamos um artigo do companheiro Hans Jürgen Schultz sobre o furacão da direita que varreu a Alemanha Oriental, um ensaio do companheiro Manuel Keller sobre a tragédia alemã na história e um depoimento do poeta e cantor Wolf Biermann, socialista perseguido pelo regime estalinista, sobre a decepção e as frágeis esperanças da hora (na página 20).

República Democrática da Alemanha

O furacão da direita

Hans—Jürgen Schultz

No dia 6 de outubro de 1989, quando a República Democrática Alemã (RDA) celebrava seu quadragésimo aniversário, mais de cem mil jovens entusiasmados desfilaram diante da direção do Partido e de Gorbachev. O regime estalinista parecia indestrutível.

Cinco meses mais tarde, quando da eleição de 18 de março, não existia mais um partido coeso para defender o regime. Mas não se pode deixar levar pelo triunfalismo diante do fim do estalinismo. O resultado das eleições representou uma derrota grave para o movimento operário: quase 80% dos eleitores votaram pela restauração do capitalismo e 99,7% pela reunificação alemã. “Não restará nada, a não ser algumas notas no pé de página na história mundial”, disse o escritor Stephan Heym ao falar do Estado da Alemanha do Leste.

Em novembro passado, quando do apogeu do movimento de massas, três quartos da população da Alemanha do Leste eram favoráveis, segundo as pesquisas, a um sistema socialista reformado. Foi apenas depois que as massas tomaram consciência da falência do sistema estalinista que estava em vias de entrar em colapso.

Uma comparação com a República Federal Alemã revelou a extensão do desastre econômico: o nível de vida na RDA não atingia senão dois terços do nível de vida de seus vizinhos; a produtividade do trabalho era a metade; o tempo de trabalho individual mais de 20% elevado; as condições de trabalho eram piores e o ambiente mais poluído. Os trabalhadores desfrutavam de menos liberdade e tinham salários menores do que aqueles recebidos por seus colegas das empresas da Alemanha Ocidental. Eis porque os três milhões de desempregados da Alemanha Ocidental, vivendo abaixo ou no limite da pobreza, preferiam ficar ali a emigrar para a RDA onde não há desemprego e onde as proteções sociais estavam preservadas.

Entretanto, a própria população da

Alemanha do Leste não sentiu a necessidade de se bater para defender estas vantagens sociais. Não viu nenhuma alternativa viável ao capitalismo. As convicções socialistas não desapareceram, mas não existe um programa consistente que a realize.

Após a queda do Muro de Berlim, o aparelho de Estado e o Partido Socialista Unificado (SED) rapidamente se desintegrariam. O SED perdeu quase três quartos de seus membros (2,3 milhões) em três meses; após ser rebatizado com o nome de Partido do Socialismo Democrático (PSD) ele se reorganizou rapidamente para se tornar um partido reformista. Ao longo da campanha eleitoral, o PSD ficou quase paralisado e apenas algumas de suas seções tiveram um funcionamento real. Entretanto, a nova direção, sob a batuta de Gysi, veio a consolidar uma certa forma de organização e mesmo a recrutar jovens militantes.

Dividida e isolada

Em fevereiro, os antigos partidos do bloco antes aliados ao SED (o Partido Democrata-Cristão — CDU —, o Partido Democrático dos Camponeses — DEP —, o Partido Nacional Democrático da Alemanha — NDPD — e os liberais do LDP) apresentaram um ultimatum às autoridades, inspirado pelo governo da Alemanha Ocidental, exigindo que a data das eleições (inicialmente previstas para 6 de maio) fossem adiantadas para 18 de março.

A oposição de esquerda foi pega de surpresa. Na realidade, os partidos de oposição autônomos careciam de uma organização real, de direção reconhecida e experimentada, de programa e de recursos materiais; não organizavam senão poucos militantes ativos (algumas centenas por grupo, talvez mil no caso do Novo Fórum). É nesta situação precária que estes grupos tiveram de organizar uma campanha que não podia senão desembocar em uma derrota.

A divisão do movimento democrático tornou as perspectivas ainda mais sombrias. A maioria (o Novo Fórum, Democracia Agora etc) mudaram de li-



A destruição dos símbolos do “socialismo de caserna”

nha no curso da campanha, pronunciando-se pela unificação da Alemanha. A Esquerda Unida se pronunciou, então, contra uma lista de candidatos comuns com estes outros grupos democráticos, procurando fazer uma aliança com os Verdes, que eram também favoráveis à unificação. Estes últimos recusaram esta aliança, sob a pressão dos Verdes da RFA. Por sua vez, as representantes da Liga Independente das Mulheres, politicamente mais próximas da esquerda, fizeram um compromisso com os Verdes. A Esquerda Unida ficou completamente isolada.

Os militantes de base destes movi-

mentos não tiveram tempo para discutir realmente as plataformas eleitorais.

Os problemas materiais também pesaram de forma negativa na campanha da esquerda independente. Com exceção dos Verdes, estes grupos não tinham sequer papel para imprimir folhetos e cartazes; suas manifestações ocorreram muito tardiamente e suas aparições na campanha televisada foram bastante amadoras.

Sem um apoio real de base, divididos, sem organização e sem recursos, os dirigentes da oposição anti estalinista do primeiro momento e seus porta-vozes das imobilizações de outubro,

partiram para a disputa em uma posição extremamente desfavorável.

Ingerência

O vazio político foi preenchido pelos partidos da República Federal da Alemanha. Os sociais-democratas recrutaram algumas centenas de militantes, lhes explicaram sumariamente seu programa e os impulsionaram a postos dirigentes. Mas sua estratégia, sua plataforma e a organização da campanha foram na realidade coordenados a partir de Bonn.

Os democratas-cristãos e os liberais recuperaram apenas alguns poucos resíduos da direita do movimento democrático. Sem nenhum escrúpulo, recrutaram os partidos do SED estalinista — o CDU e o LDP (Partido Liberal Democrático). Ebeling, um dos dirigentes da Aliança Democrática, reconheceu o apoio da República Federal da Alemanha: “Sem a ajuda dos partidos do Ocidente, não teríamos condições de organizar a campanha eleitoral”.

O Partido Social-Democrata (SPD), os liberais e os partidos da Aliança Conservadora são na realidade partidos satélites. Os seus parceiros da Alemanha Ocidental prepararam tudo: redação de seu programa, os cartazes e os panfletos foram realizados e impressos no Ocidente que fez vir até equipes para colá-los e distribuí-los.

Políticos vindos da RFA tiveram sempre grande audiência nas manifestações eleitorais que reuniram centenas de milhares de pessoas. Mais de um milhão de pessoas puderam assim escutar o chanceler Kohl, Brandt ou Genscher. Esta campanha custou mais de 50 milhões de marcos; todos os meios de comunicação foram mobilizados de forma permanente.

Os eleitores acreditaram que obteriam o nível de vida da Alemanha Ocidental com uma unificação rápida.

Neste turbilhão, um debate real e democrático das alternativas foi impossível. Os eleitores acreditaram que obteriam o nível de vida da Alemanha Ocidental com uma unificação rápida.

Inesperado

Todas as sondagens previam uma ampla vitória para os sociais-democratas. A vantagem do SPD se explicava na medida em que ele aparecia como o único capaz de conjugar a eficácia capitalista com a preservação das conquistas sociais. Mas a metade das pessoas interrogadas nas pesquisas estavam indecisas; nas últimas semanas, eles optaram em sua grande maioria pelos conservadores.

Mais de 93% dos inscritos votaram e quase a metade se pronunciou pela Aliança Conservadora, sobretudo pelos democratas-cristãos (40,9%). A DSU, originária da ala bávara dos democratas-cristãos obtiveram 6,3% e os Reno-

vadores Democráticos (DA), o partido do antigo colaborador da Stasi (polícia secreta do regime estalinista), Wolfgang Schnur, não teve senão 0,9% dos votos.

O antigo partido camponês (DBD) e o Partido Nacional Democrático da Alemanha (NDPD), que haviam participado do antigo bloco dirigente com o SED, tiveram uma fraca votação. Mas estes dois partidos burgueses poderão se tornar parceiros do futuro governo, ajudando os conservadores a obter a maioria no Parlamento (400 cadeiras).

Os conservadores foram majoritários graças ao voto das pequenas cidades (56%) e dos operários (58% dos votos operários, 47% dos empregados, 43% dos aposentados e 32% dos intelectuais). Seus redutos eleitorais foram as velhas regiões proletárias de Saxe e da Turingia onde obtiveram 60% dos votos ou mesmo mais.

Em Berlim os conservadores não obtiveram senão 21% e menos de 40% nos distritos do norte.

Sociais-democratas

Os sociais-democratas estavam enfraquecidos por seu precário nível de organização. Fundaram seu partido há apenas cinco meses, sendo que dois terços de seus membros aderiram nas últimas seis semanas. Sua implantação no campo era quase inexistente e eram bastante fracos no sul. No distrito de Dresden, seu reduto tradicional, obtiveram menos de 10% dos votos.

Com quase dois milhões de votos, a cifra obtida pelo PDS — o antigo SED — foi uma surpresa. A nova direção, reunida em torno de Gyasi e do primeiro-ministro Modrow (de longe o político mais popular da RDA) soube levantar um partido que estava desmoralizado e para o qual se prognosticava, dois meses antes, entre 5 e 7% dos votos.

Um trabalhador em cada dez votou pelo ex-SED, sobretudo entre os operários mais qualificados, assim como um terço dos intelectuais. Sua força reside no antigo aparelho partidário, mas sua base é mais ampla. Na última fase da campanha, o PDS mobilizou dezenas de milhares de pessoas nas manifestações realizadas nos distritos do Norte.

Nestas condições, os movimentos democráticos radicais foram reduzidos à marginalização. Os Verdes, aliados com o movimento de mulheres, esperavam obter meio milhão de votos, mas obtiveram apenas a metade disso. A Aliança 90 e o Novo Forum (que tinham 300 mil filiados há três meses) não obtiveram senão 333 mil votos (2,9%). Acreditava-se que os partidos independentes da RDA obteriam um terço dos votos — a quota necessária para bloquear possíveis mudanças na Constituição. Apenas um cidadão em vinte votou pelos que iniciaram o movimento que derrubou o regime estalinista.

Após a eleição, não há mais nenhuma corrente revolucionária com uma influência real de massas. A Esquerda Unida esperava obter ao menos dez cadeiras no Parlamento e obteve apenas uma, com 20 mil votos (0,2%). Quatro outros grupos de esquerda obtiveram 16 mil votos.

A miséria alemã



Esquadrão de SS reunido para saudar Hitler em Nuremberg

Manuel Kellner

A miséria alemã não é a miséria dos povos oprimidos e explorados pelo imperialismo. É a miséria de uma nação cuja burguesia não foi capaz de dirigir uma revolução democrática-nacional vitoriosa em 1848, mas em troca, foi suficientemente forte para esmagar uma revolução proletária socialista em 1918-1919.

A miséria alemã é ainda a terrível derrota do movimento operário em 1933 diante do nazismo que desencadeou a Segunda Guerra Mundial, ao preço de 55 milhões de mortos, sem contar as vítimas na Ásia.

A miséria alemã é, enfim, o fato de que, após a derrota do imperialismo alemão em 1945, nem a libertação do nazismo em geral nem a abolição do capitalismo na zona ocupada pelo Exército Vermelho soviético se fizeram pela ação autônoma das massas. Toda tentativa neste sentido foi massacrada tanto no Leste como no Ocidente.

O modelo de uma sociedade dominada pela burocracia no Leste foi um artigo de exportação imposto pelos exércitos soviéticos. Da mesma forma, no Ocidente, a democracia parlamentar burguesa com a continuidade do capitalismo (e também com uma importante continuidade com o nazismo, ao nível do pessoal dirigente do Estado e das empresas) foi imposta pelas potências aliadas imperialistas.

Com a divisão da Alemanha em dois países opostos no contexto da guerra fria, a tradição de luta e a consciência de classe do proletariado alemão foram aniquilados por aqueles que detinham o poder dos dois lados do Muro. Esta divisão foi na verdade uma prisão para os alemães — sobretudo, uma prisão ideológica, que garantia a marginalização de toda idéia que visasse a emancipação política e social e de todo marxismo vivo.

“Vá para lá!”

“Vá para lá!”, tal era o argumento de combate lançado contra os militantes das organizações de extrema-esquerda formados na onda de radicalização jovem e estudantil do fim dos

anos 60. “Lá” o “outro lado”, ora a prova viva que “socialismo” e “comunismo” são sinônimos de uma sociedade cinza, ditatorial, tediosa, com uma economia pouco eficaz e que mantinha em reclusão os seus próprios habitantes.

O aspecto pouco atraente do sistema de “lá” representava uma ajuda sem igual para a social-democracia da Alemanha Ocidental. Isto possibilitou que ela impusesse uma hegemonia esmagadora sobre o movimento operário organizado, que havia perdido toda esperança de construir uma sociedade alternativa ao capitalismo e que estava, portanto, constrangido a aceitar as estratégias situadas no quadro da “economia de mercado”. Segundo as aparências, o capitalismo havia claramente provado sua superioridade sobre a economia planificada “realmente existente”.

A ordem do pós-guerra alemão depredada hoje pela ação das massas contra o sistema de dominação burocrático na República Democrática Alemã (RDA) parecia congelada, imutável, eterna.

A consciência pública na República Federal da Alemanha (RFA) foi formada e manipulada de tal maneira que a responsabilidade do “Leste”, do “expansionismo soviético” e do “comunismo totalitário” na divisão do país tornou-se uma verdade incontestável. Esta “verdade” fazia parte de um “consenso” da ideologia dominante que apenas os “agentes” deste sistema totalitário e os extremistas “do caos” da esquerda revolucionária poderiam colocar em questão.

Mas a realidade histórica é mais complexa.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, os vencedores haviam optado por uma administração comum do território alemão das quatro zonas (americana, britânica, francesa e soviética) “em um espírito anti-fascista democrático”. É o que previa a Conferência de Potsdam, em 1945, dois meses após a capitulação do nazismo. Assim, uma divisão do território em duas partes não foi de forma alguma anunciada.

Mas as fórmulas oficiais não conseguiam encobrir os reais interesses poli-

ticos em jogo. Desde 1946, os Estados Unidos de Truman se lançavam em sua cruzada anti-comunista e anti-soviética e o conflito entre o imperalismo e Estados não-capitalistas tornou-se um fator muito mais poderoso que os interesses de antigamente.

A integração de uma Alemanha forte ao Ocidente, para fazer frente ao campo adversário do Leste, era já uma política seguida conscientemente sobretudo pelo imperialismo americano.

Quando em outubro de 1949, a RDA foi proclamada “primeiro Estado operário e camponês alemão”, isto foi uma reação à formação do Estado alemão ocidental no mês anterior.

Mas, na medida em que o Kremlin não queria um Estado alemão ocidental forte e rearmado, mesmo após esta data, a política de Stalin consistia em utilizar o controle da zona soviética como meio de pressão para obter uma Alemanha unida, mais desmilitarizada, o que teria sido, para o Kremlin, a melhor garantia do equilíbrio das relações de força internacionais.

Poucos se lembram a que ponto, após 1945, a maioria da população alemã, no Ocidente como no Leste, estava preparada a tirar as conseqüências anti-capitalistas radicais da experiência do nazismo. Assim, mesmo o primeiro documento programático do Partido Democrata-Cristão (CDU, que se tornou o principal partido da burguesia), o “Programa de Ahlen”, fala da responsabilidade do grande capital na tomada de poder por Hitler e enfatiza a necessidade de expropriá-lo e de criar uma sociedade “socialista” no sentido e suprimir toda possibilidade de retorno ao regime nazista.

Foi necessário reprimir as lutas operárias autônomas, apoiar-se inteligentemente sobre o espantinho estalinista e sobre a retomada espetacular da economia capitalista (a destruição industrial foi muito maior no Leste) para chegar à “ideologia alemã-ocidental” típica, anti-comunista, que identifica socialismo com totalitarismo; capitalismo com liberdade e opulência; memória dos crimes bárbaros do nazismo com um moralismo abstrato.

Paradoxalmente, imediatamente após a guerra, apenas o Partido Comunista (KPD) não reivindicava “o socialismo” mas uma ordem “anti-fascista democrática”, o que correspondia ao esquema da “revolução por etapas” e aos interesses da diplomacia soviética.

De fato, na zona soviética, em seguida na RDA, a fórmula da ordem anti-fascista democrática acobertava uma outra realidade, já que o poder real era exercido pela administração militar soviética. O pessoal político dirigente havia sido previamente formado nas escolas de quadros soviéticos. Seu núcleo principal era o “grupo Ulbricht” que reunia uma dezena de quadros estalinistas.

À medida em que este pessoal dirigente “autóctone” ampliava a sua margem de manobra frente à administração soviética, mais ela se esforçava em demonstrar o “fato consumado” da realidade estatal de “seu” próprio território, pois sempre temia a idéia de que o Kremlin poderia sacrificar seus interesses próprios no quadro de um

compromisso com os Estados imperialistas. Quando a segunda conferência do Partido Socialista Unificado (SED) proclamou a “transição ao socialismo”, em 1952, as empresas privadas não representavam senão 20% da indústria.

O SED havia nascido na zona de ocupação soviética, em abril de 1946, da fusão do Partido Social-Democrata (SPD) e do Partido Comunista Alemão (KPD). Esta fusão implicou de fato a liquidação política de todos os resíduos de posição social-democrata em um partido que jamais concedeu uma chance de expressão às idéias oposicionistas de esquerda.

Os restos dos velhos partidos burgueses, dos partidos especialmente criados para canalizar as aspirações de certas camadas, assim como “as organizações de massa” burocraticamente controladas formavam a “frente nacional” que apresentava listas únicas de candidatos às eleições. O aspecto coercitivo do sistema de dominação foi rapidamente demonstrado aos olhos de todos.

Revolta operária de 1953

Os conselhos de empresa, que representavam um resto de capacidade de ação e de resistência operária, se colocaram em greve a partir de 16 de junho de 1953. A revolta, inicialmente dirigida contra as normas de produção, muito rapidamente colocou como alvo o regime autoritário como tal.

Durante três dias, houve uma greve geral nas principais cidades operárias (mais de 300 mil grevistas): as reivindicações operárias abarcavam a redução das normas de produção e uma elevação dos salários; depois surgiu a exigência de eleições livres e de liberdades democráticas. Os operários se organizaram em comitês de greve. Quando das manifestações de massa, as sedes do Partido foram atacadas, os prisioneiros liberados e policiais linchados.

A burocracia da Alemanha do Leste, incapaz de fazer face a um tal movimento, apelou à URSS. Cerca de 25 mil membros do Exército vermelho e 300 tanques de guerra foram necessários para retomar o controle das ruas, após violentos combates (estima-se que houve duzentos mortos).

Os problemas de legitimação política da burocracia da RDA eram os mesmos que os do Leste europeu: ausência de soberania democrática do povo, privilégios dos burocratas, incompetência, desperdício e irracionalidade de uma economia burocraticamente centralizada, império da mentira e do conformismo. Mas a RDA estava confrontada sobretudo com problemas que lhe são específicos.

“Nação socialista”

Foi somente a partir dos anos setenta, com a política diplomática do governo Brandt na RFA, que o SED começou a falar de uma “nação socialista da Alemanha do Leste” e da “irreversibilidade dos resultados da Segunda Guerra Mundial”.

Até então, o SED havia sempre — e não sem razão — falado da responsabilidade do Ocidente na divisão do país:

O Muro de Berlim aprisionava o povo e criou, por três décadas, um tema sempre lembrado de propaganda anti-comunista.

Peter Fletcher, um alemão ferido após tentar a fuga em 1962



foram o chanceler Adenauer e a burguesia da Alemanha Ocidental quem forçaram a integração da RFA na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), a remilitarização que faziam com que o tema da “reunificação” se tornasse meramente um apelo propagandístico com fins conservadores.

Quando o Muro de Berlim foi construído em 1961, tratava-se de uma resposta burocrática a problemas reais. No total, mais de três milhões de alemães do Leste haviam deixado o território para se instalar na RFA. Este êxodo ameaçava realmente setores importantes da economia. A força de atração dos altos salários e a perspectiva de uma vida muito mais abastada no Ocidente, para pessoas altamente qualificadas, era evidente.

Mas longe de resolver a crise de legitimidade do poder e de estancar o êxodo, a construção do Muro de Berlim

não fez senão acentuar os problemas. O Muro aprisionava o povo e criou, por três décadas, um tema sempre lembrado de propaganda anti-comunista.

O regime não pôde se manter senão graças à combinação das conquistas da economia de planificação (segurança no emprego, serviços sociais, ritmos de trabalho menos opressivos etc — reais na RDA, talvez mais do que em todos os regimes do Leste), de um lado, e o medo da repressão, de outro. Mas esta semi-legitimidade acabou por se findar, no contexto da crise que abala todo o Leste Europeu.

O fato de que o povo da Alemanha do Leste foi mantido prisioneiro por seu próprio governo é evidente. Quando o poder burocrático concedeu a liberdade de viajar para o Ocidente, mais de onze milhões de alemães do Leste, sobre uma população total de dezessete milhões, reivindicaram passaportes para a RFA.

O terror estalianista

“As cifras são terríveis, mas é preciso torná-las públicas”

“Quanto mais inocentes fossem, mais mereciam a morte”

A frase de Brecht, citada por Hanna Aarendt em Homens em tempos sombrios, não emite um juízo de valor nem enaltece os Processos de Moscou, como pode parecer à primeira leitura. Ela apenas diz que não existem inocentes diante do assassinato de cidadãos, de irmãos e camaradas. Os inocentes com sua omissão compuseram a ala dos culpados. Brecht, arrependido autor de uma Ode a Stalin, conhecia bem esta culpa.

Publicamos a seguir o artigo do historiador soviético Roy Medvedev sobre o número de vítimas originadas do processo de consolidação e exercício do poder pelo estalinismo na União Soviética.

As cifras admitem necessariamente um grau de imprecisão. Importam, no entanto, pela ordem de grandeza. Dão a dimensão do terremoto social que abalou as direções e as bases do PCURSS, a própria sociedade soviética.

Esta realidade histórica trágica indica a incontável ruptura operada pelo estalinismo em relação ao poder soviético constituído a partir da revolução de 1917. São o mais brutal desmentido à alegada continuidade que alguns pretendem existir entre o marxismo ou a tradição leninista e o estalinismo.



Roy Medvedev

Um dos mais célebres historiadores soviéticos, filósofo de formação. Muito crítico face ao poder, sofreu uma série de problemas com as autoridades de seu país, mas sempre recusou a exilar-se. Foi expulso do partido, em 1969, e da Academia de Ciências Pedagógicas, em 71. Publicou 24 livros editados e reeditados 180 vezes, nenhuma em seu país. Com o avanço da glasnost, seus livros começaram a ser acessíveis aos soviéticos. É deputado do povo e tem um destacado papel nas políticas de reforma em curso.

Se esta horrível estatística tivesse sido publicada alguma vez, de nenhuma maneira me dedicaria ao cálculo do imenso número de vítimas do estalinismo: os milhões de indivíduos presos, fuzilados, mortos de fome, exilados na Sibéria ou ao Leste, os que pereceram sob tortura, os que estão enterrados em imensas valas comuns. Mas estatística oficial deste tipo não existe e suspeito que estas cifras nunca foram estabelecidas.

Em cada uma de minhas intervenções sobre o estalinismo, constantemente recebo numerosas notas com a mesma pergunta: “Quantas foram as vítimas do estalinismo?”. Por isto me vi obrigado a efetuar cálculos aproximativos. Minhas cifras são inferiores a dos pesquisadores ocidentais. Preocupe-me em nada exagerar. Mas, apesar disso, este balanço sempre me deixou atemorizado.

O Começo

A primeira onda de terror massivo foi desencadeada nos anos 1927/28, depois da vitória de Stalin sobre a oposição de esquerda unificada. Suas vítimas se contam em dezenas de milhares: partidários de

Trotsky e Zinoviev expulsos das fileiras do partido e despedidos de seus trabalhos e postos, deportados para as regiões mais distantes do país, ou recolhidos a “Isolamentos” políticos. Quase todos eles voltariam a suas ocupações profissionais em 1930/33, depois de serem submetidos a um humilhante processo de “confissão e arrependimento” e de um “juramento de fidelidade a Stalin”. Um ano mais tarde, também sofreriam o mesmo destino centenas de milhares de “desviacionistas de direita”. Entretanto, em 1936/37 todos estes homens foram novamente presos e não voltariam a rever suas famílias. Na maioria dos casos estes velhos militantes (e mesmo estudantes e membros de juventude do partido que os apoiaram nos anos 20), foram fuzilados por ordens secretas em 1938/39. Somente algumas centenas de detentos desta categoria chegariam até a reabilitação de 1954/57.

No ápice da luta contra os seguidores de Trotsky e Zinoviev, os estalinistas desencadearam novas campanhas políticas acompanhadas de terror de massa. A perseguição a “nacionalistas burgueses” tiveram lugar em diferentes repúblicas da URSS. Depois do famoso “caso Chajty” (1), lançou-se uma campanha de repressão política contra os “saboteadores” que formavam parte dos “especialistas burgueses”. Neste período (1930/31), todas as prisões e masmorras encheram-se de intelectuais, de socialistas revolucionários e de mencheviques, que evitaram a deportação em anos anteriores. O número total destas vítimas do estalinismo alcançaria dezenas de milhares.

Através da provocação do caso de um suposto “Partido Camponês do Trabalho” (2), que fez suas vítimas entre os melhores especialistas da agricultura, o campo transformou-se num cenário de cruel despotismo contra os agrônomos, os zootécnicos, os dirigentes de cooperativas, contra toda a inteligência rural. A imprensa do começo dos anos trinta escreveu que a GPU havia prendido cerca de 200.000 membros do PCT. É impossível verificar estes dados, mas parecem verídicos.

A repressão do final dos anos vinte contra os opositores ativos alcançaria a dezenas de

milhares de pessoas. De outra parte, chegaria a centenas de milhares o número de “saboteadores”, de “militantes do PCT”, de “nacionalistas burgueses” e de “nepmen” (setores sociais que enriqueceram com a Nova Política Econômica — NEP), presos e normalmente mortos nas prisões. Enquanto Stalin viveu, somente alguns milhares de membros destas categorias e classes “hostis” puderam escapar à prisão. Outros milhares voltariam dos campos em 1956/57. Passaram em exílio ou em reclusão de 25 a 30 anos.

Coletivização formada

O período da coletivização total e forçada durou cerca de quatro anos (1929/32). Tratou-se de uma campanha de repressão de uma amplitude inédita contra os kulaks (proprietários rurais abastados), que se distingue das demais ações anti-kulaks dos anos 1918/20; se então nestas ações retiravam-se dos kulaks terras e material julgado “excessivo”, dez anos depois tratava-se de confiscar todos os bens e de deportar famílias inteiras a regiões afastadas do Norte e do Leste, a colônias especiais construídas precipitadamente para uma residência sem limite de tempo.

No início dos anos trinta, os organismos oficiais minimizavam sensivelmente o número de vítimas deste processo. No plano do CC do PC(b) da URSS em Janeiro de 1933, Stalin cita com uma suspeita precisão, 240.000 famílias deportadas das zonas de coletivização total. As obras de história do PCUS aparecidas nos anos 60 mencionam já 330.000 famílias. Ambas as cifras citadas despertam muitas questões.

Em primeiro lugar, desconhecemos a composição média destas famílias. Em 1930/32 eram raras as famílias camponesas que se compunham de menos de cinco ou seis membros. Uma família de dez ou doze membros estava mais próximo do comum da época. Se tomarmos como média uma família de oito membros, 240.000 famílias deportadas significam de 2,7 a 2,8 milhões de pessoas. Entretanto, segundo os dados de 1927/28, foram recenseados mais de um milhão de famílias que as estatísticas oficiais da época classificam entre os kulaks e tudo permite pensar que uma pe-

quena parte, por pequena que fosse, pôde escapar da deportação. Mais ainda, segundo os dados dos anos trinta, como aparece em testemunhos posteriores, em muitas regiões e distritos empreendeu-se a tarefa de deportar a numerosas famílias de camponeses médios. E em alguns desses distritos eram bastante mais numerosos que os kulaks.

De outra parte, sabe-se que em numerosas regiões, foram deportados não somente os kulaks mais também os chamados “sub-kulaks”. Este odioso termo estava reservado a todos os camponeses, incluindo os mais pobres, que resistiram aos kolkozos (fazendas coletivas) e aos métodos de coletivização. Ninguém conhece seu número exato.

Deportou-se igualmente a arrendatários, monjes, pequenos camponeses, ferreiros e, em geral, a quantos se queria eliminar. Chegou um momento que povos inteiros foram condenados a deportação. Assim, toda a população de dezesseis paróquias da bacia do Kouban, kolkosianos e camponeses, conheceram a mesma sorte. Outro tanto ocorreu na Bielo-Rússia.

Não existem estatísticas de época sobre a “deskulakização”, ou se enterraram os arquivos. Creio que, sem risco de exagerar, poderia se chegar a uma cifra de dez milhões de deportados. Esta é a cifra que Stalin deu a Churchill quando este o perguntou sobre as vítimas da coletivização (a célebre “entrevista noturna” em Moscou, 1942).

A maioria dos dez milhões de deportados sobreviveu, ainda que miseravelmente. A taxa de mortalidade entre esta gente foi considerável, a partir da deportação e nos primeiros anos de implantação das “colônias especiais”, particularmente entre as crianças e os velhos. Não há estatísticas a respeito, mas se pode supor que as deportações e a “deskulakização” não produziu menos de 2 a 3 milhões de vítimas.

A terrível epopéia que seguiu, ligada a política de Stalin, foi suportar a penúria de 1933. Novamente não existem cifras sobre suas conseqüências. A fome rondou os campos e as cidades, particularmente nas regiões da Ucrânia meridional e em menor medida no norte do Cáucaso, na bacia do Volga, bem como no Kaskistão e Ásia central. As

cifras variam, conforme diversos autores, entre 4 e 10 milhões de mortos. Creio que poderíamos pensar (mesmo que cálculos mais precisos sejam possíveis de realização) na hipótese que morreram de fome cerca de 6 milhões de pessoas.

Dezembro de 1934

1934 foi provavelmente o ano em que não houve maciças campanhas de terror, ainda que neste ano continuassem as detenções e as perseguições, assim como a denúncia de grupos "contra-revolucionários". Todavia, pouco antes do final deste traquilo ano, depois do assassinato de Kirov, começaram as prisões dos "zinovievistas", e logo após lançou-se uma campanha de deportação de "elementos hostis" em Moscou, Leningrado e algumas outras cidades. Tratava-se de famílias de "aristocratas" (praticamente a maioria da antiga nobreza), assim como numerosos ex comerciantes e capitalistas, até um total de um milhão de pessoas. Assim, segundo um cálculo aproximado, antes do terrível ano de 1937, que para muitos autores ocidentais marca o início do "Grande Terror", o estalinismo produziu ao menos cerca de 17 a 18 milhões de vítimas, dos quais dez milhões sucumbiram ou foram exterminados.

Segundo meus cálculos, de 1937 a 1938 as perseguições afetaram entre 5 a 7 milhões de cidadãos: deles cerca de um milhão eram bolcheviques; outro milhão antigos membros do partido, vítimas dos expurgos do final dos anos vinte e da primeira metade dos anos trinta; e outros 3 a 5 milhões não membros do partido pertencentes a todas as camadas sociais. A maioria das pessoas detidas entre 1937/38 se reencontraram em campos de "reeducação mediante o trabalho", cuja cerrada malha de instalações cobria o país. Uma considerável parte, pertencente ao primeiro escalão do partido e do estado, foi fuzilada imediatamente após a detenção ou após um simulacro de investigação. Sendo estas sentenças de morte em grande parte oficializadas, seria possível pensar em uma cifra entre 700.000 e 800.000 pessoas fuziladas. Muitas outras foram fuziladas nos campos por ordens secretas, com o que o total mais provável estaria em torno de um milhão de pessoas.

Em 1939/40 reduziu-se a amplitude das represálias, ou melhor, modificaram seu caráter e seu âmbito geográfico. As prisões massivas ocorreram no oeste da Ucrânia e na Bielo-Rússia, lugares onde "foram subtraídos elementos de clas-

ses hostis". Os restos do exército polonês foram internados, as famílias polonesas que viviam nas cidades da Ucrânia e da Bielo-rússia ocidental foram deportadas para a Sibéria. Em 1940 começaram as detenções nos países bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia), na Bessarábia e em Bukovina do Norte. Poderia-se avaliar o número total de vítimas desta repressão, compreendidas as da deportação, em cerca de 20 milhões de pessoas.

Durante a guerra

A guerra não paralisou a política punitiva da NKVD (polícia política, sucessora da GPU). A partir de 1941 toda a população da república autônoma dos Alemães do Volga, assim como a totalidade dos



alemães soviéticos, foi deportada para o Leste. A maior parte deles reencontrou-se nas "colônias especiais", mas um número considerável foi enviado aos campos como mão-de-obra.

Em 1942/43, a atividade dos órgãos do Interior foram reorientadas em função das necessidades da guerra, e seus efeitos, longe de diminuir, aumentaram. Mas ao final de 1943 e durante 1944, estes órgãos pouco a pouco voltaram a suas tarefas habituais. Por

decisão do Comitê de Defesa do Estado, foram deportados para o Leste kalmukos, tchetchenes, inguches, tártaros da Criméia, e outras pequenas etnias, uma parte de gregos, kurdos, etc. O número total de quem foi evacuado da Criméia, das margens do Volga, do Cáucaso do Norte, etc, aproxima-se dos 3 milhões, e segundo alguns dados ao menos um milhão de crianças, mulheres e velhos sucumbiram às privações do exílio.

Os órgãos do Interior con-

tribuíram com um grande esforço para "filtrar" as populações das regiões da URSS que, após a ocupação nazista, foram paulatinamente libertadas pelo Exército Vermelho. A população das regiões ocupadas passava dos 60 milhões de habitantes. Um grande número de habitantes da Ucrânia, da Bielo-rússia, da Moldávia, dos países bálticos ficaram sob ocupação alemã três anos ou mais. Para sobreviver, estas pessoas foram obrigadas a trabalhar — "colaborar com os

nazistas" — conforme a terminologia de Stalin e da NKVD. Todos aqueles e seu número era considerável — que serviram nos destacamentos punitivos sob comando alemão, na polícia, nas unidades do exército de Vlassov, ou nos órgãos de imprensa dirigido por Goebbels e em outras instituições, realmente mereceram o justo castigo que sofreram. Nos não os colocamos entre as vítimas do estalinismo. Mas, para a maioria, o trabalho nas fábricas, kolkozes e estradas de ferro foi o único meio de resistir à fome e de salvar seus filhos. Evidentemente, estas pessoas não foram perseguidas imediatamente após a libertação, senão não haveria como retomar uma vida normal e restabelecer a economia do Oeste do país. Mas a quase totalidade dos que se achavam em territórios ocupados foi cassada de seus direitos civis e um grande número foi enviado aos campos onde a taxa de mortalidade era elevada.

Aqui me encontro em dificuldades de expor uma cifra mais concreta, e somente hipoteticamente e de modo aproximativo arrisco algo em torno de 2 a 3 milhões. Somando aos que foram objetos de perseguição nos anos 1945/46, teremos um total de 5 milhões.

Assim nos podemos tomar como número total de vítimas do estalinismo nos anos 1941/46 ao menos dez milhões.

Em 1947/48, conhecemos várias novas campanhas repressivas. Temos entre outras o "caso de Leningrado", a luta contra os "cosmopolitas", contra os "camisas brancas". Cada uma destas campanhas são acompanhadas de prisões e sempre pelos mesmos motivos: a "propaganda anti-soviética" e todos os itens do artigo 58 do Código Penal. Todavia a guerra sangrenta e as represálias das décadas anteriores haviam debilitado e sangrado o país ao ponto que as prisões de 1947/53 não poderiam mais ter um caráter tão massivo. Creio não errar muito dando a cifra de um milhão de perseguidos neste período.

Estas cifras são espantosas. Mas creio que é necessário torná-las públicas.

1. **Acusações delirantes lançadas em 1928 contra engenheiros de minas considerados responsáveis de "sabotagem" e de estarem a soldo da "Guarda Branca".**

2. **Em 1930, conhecidos economistas, como Konratiev e Chaianov, foram cinicamente acusados de haver criado um grande partido clandestino, o Partido Camponês do Trabalho, e realizado numerosas sabotagens e, inclusive, de estarem em contato com o presidente da França, Poncairé.**

Em busca da memória perdida

Ivan Iakovlevitch Vrathev, hoje com 91 anos, militante bolchevique de primeira hora, participou da Revolução de Outubro. Sua assinatura figura sob o decreto de formação da União Soviética. Combateu o estalinismo nas fileiras da Oposição de Esquerda. Foi excluído do partido em 1927 e deportado. Lutou na guerra e depois foi preso, somente sendo libertado em 1956. É um dos poucos membros da Oposição de Esquerda que sobreviveram à perseguição estalinista.

A entrevista a seguir, publicada na revista soviética Argumenti Fakti, é emblemática da luta contra o estalinismo travada no interior da União Soviética, a partir de 1923.

Neste momento, em que o colapso do estalinismo cobra de todos o balanço teórico e prático deste processo, o depoimento de Vrathev nos rememora o combate travado pelos marxistas soviéticos contra a degeneração da revolução e a burocratização do partido e do Estado soviético.



Ivan Iakovlevitch Vrathev em 1918

— Vrathev, no momento atual, os problemas do alargamento da democracia em todos os níveis e a luta contra o aparelho burocrático agitam toda a sociedade. Consultando algumas fontes, descobri que desde 1923, a partir da plataforma da oposição comumente chamada “trotsquista”, você defende as mesmas exigências. Não sabemos nada sobre os pontos de vista defendidos por esta oposição.

Vrathev — Antes de falar da oposição de 1923, devo evocar o X Congresso do Partido. Ele foi precedido de debates preliminares entre as várias correntes. Surgiram as plataformas de Trotsky, de Bukarin, as frações do centralismo democrático, da Oposição Operária e, enfim, as teses de Roudzoutak, aprovados por Lenin e, depois, pela maioria dos delegados ao Congresso. Existiam neste congresso frações legais declaradas e os delegados tinham sido eleitos em cima das plataformas das frações. É porque a situação no país e no partido era inquietante que o Congresso votou as resoluções sobre a unidade do partido e sobre o desvio anarco-sindicalista. Lenin insistiu que o voto fosse nominal. Também os partidários da fração de Trotsky votaram por essa posição.

Retrospectivamente, devo dizer que estas resoluções foram um recuo real para a vida democrática do partido. A resolução sobre a unidade do partido continha um item — que, dizendo a verdade, Lenin propôs não tornar público — segundo o qual o Comitê Central do partido se reservaria o direito de excluir alguns de seus membros ou de destituí-los da posição de candidatos caso eles continuassem suas atividades fracionais.

Por que isto significou um recuo? No mesmo congresso teve lugar o seguinte episódio: durante a discussão dessas resoluções, Raizanov propôs que, no futuro, as plataformas eleitorais fossem interditadas. Lenin protestou com firmeza contra esta posição, argumentando que em nenhum caso se-

ria necessário privar os membros do partido do direito de ter uma opinião pessoal sobre qualquer questão que fosse, nem lhes impedir de se organizar para demonstrar e defender a justeza de suas idéias. Em caso de divergências importantes no seio do partido, não seria necessário impedir a existência de plataformas. Essas palavras são bem atuais hoje em dia...

O X Congresso do partido pronunciou-se pela interdição das frações no interior do partido.

Em outubro de 1923, o Comitê Central do partido recebeu uma declaração de 46 velhos bolcheviques, na qual a situação geral do país era submetida a um exame crítico. Mas, fato mais importante, ela criticava severamente o funcionamento que se havia instaurado no interior do partido: nomeações a partir da cúpula, distorções nos princípios de direção coletiva e todas as conseqüências disso.

Encontram-se idéias análogas na carta que Trotsky fez chegar ao Comitê Central no mesmo período. É por isso que no seu discurso sobre a oposição na XIII Conferência, Stalin qualifica a declaração dos 46 de trotskysta. Mas como a adjetivação lhe soava ainda muito fraca, ele propõe que se considere a oposição como um “desvio social democrata”. Isso foi registrado na resolução da Conferência.

Tomei, então, a palavra para defender a declaração dos 46, da qual partilhava as posições e para protestar contra a resolução proposta por Stalin. Coloquei a seguinte questão a Stalin e a toda a Conferência: “Com qual objetivo vocês fazem isto? Por acaso há dentro do partido divergências sobre o programa para que tenhamos de nos proteger desta maneira? Não, não há! Nossos desacordos são somente sobre questões cotidianas. Se vocês fazem isto é porque têm necessidade de uma ar-

“Camaradas, deixem-me falar, não nos faltam talvez mais de duas horas de democracia”

ma para combater todo pensamento independente. E vocês já iniciaram o combate.”

Sobre isso, citei os fatos dos quais já tinha tido conhecimento: a destituição de Antonov Ovssenko, de M. Bogouslavsky e de outros camaradas. Depois, abordei o problema de Trotsky: “Que conduta vocês vão adotar em relação a Trotsky? Vocês procuram a via da colaboração ou vão isolá-lo e afastá-lo do trabalho dirigente? Dêem-nos uma resposta firme e clara. E, no próximo Congresso do partido, veremos se vocês mantêm suas promessas.”

Fui interrompido por Lominadzé que gritava na sala:

— “No Congresso, você não estará mais lá!”

— “-Sim, é bem possível”, respondi.

Por que fiz esta intervenção? É que, à época, Trotsky era membro do Politburô, fazia parte do comitê executivo do Komintern, onde representava nosso partido. Era o segundo do partido após Lenin e isto desde antes de outubro. Em 1917, dizia-se entre o povo: “Lenin, Trotsky e Lunatcharsky do povo proletário foram imediatamente os irmãos”.

A oposição era acusada de ter criado uma fração. Então, propus organizar uma comissão especial encarregada de verificar se havia uma fração e sancionar os culpados eventuais por infração à resolução do X Congresso. Naturalmente, não havia ninguém para me defender. Os signatários de declaração dos 46 não tinham outro direito que o de voz consultiva.

Após a Conferência, Kameney disse a Bogouslavsky: “Então, deram-lhes um duro golpe! Que derrota! o partido nos uniu!” Bogouslavsky respondeu: “É a história quem julgará”. E Kameney: “Mikhail Solomonovitch, não esqueça isto jamais: isso dependerá por quem e como a história será escrita.” Essas palavras refletem seu cinismo e sarcasmo. Ele era assim.

— Lendo as atas da XIII Conferência, fui surpreendido por essas palavras que você pronunciou: “Camaradas, deixem-me falar, não nos faltam talvez mais de duas horas de democracia.”

Vrathev Sim, é verdade. Eu disse que vivíamos as últimas horas de democracia interna no partido. Sapronov, que tomou a palavra depois de mim, reforçou: “Vrathev disse que a democracia vivia suas últimas horas. Quanto a mim, vou pronunciar o último discurso democrático”. E foi o que ocorreu. Nunca mais deixou-se alguém pronunciar um discurso semelhante. Em nenhuma parte. Foi o início da consolidação do poder de Stalin.

— Era necessária muita coragem para tomar a palavra contra Stalin. Você sabia certamente que haveria sanções?

Vrathev — Sim, eu o sabia. À época, eu era o chefe da Direção Política das Forças Armadas do Cáucaso em Tiflis, era membro do comitê central do partido na Geórgia e membro de comitê do partido na região de “Transcaucásia”.

Ao retornar a Tiflis, recebi um telegrama: fui destituído de minhas funções e devia me colocar à disposição do partido. Em uma reunião da guarnição, Ordjonikzé terminou sua exposição dizendo que o camarada Vrathev havia falado na XIII Conferência, seguindo-se a isso a destituição de suas funções pelo partido. Depois de me cobrir de elogios, ele concluiu: “Mas, camaradas, não se pode deixá-lo em seu



Manifestação da oposição realizada na cidade de Ienisseisk em 7 de novembro de 1928: a bandeira do centro, com os retratos de Lenin e Trotsky, proclama: viva a ditadura do proletariado.

posto depois deste discurso, não é?

— Qual era a posição de Trotsky e seus aliados sobre os princípios democráticos no interior do partido?

Vratchev — Eles eram contra o reforço do centralismo do aparelho. Em “O Novo Curso”, Trotsky escreveu: “É necessário antes de tudo mudar o espírito que reina dentro das organizações do partido. É necessário que o partido, dentro de cada célula, dentro de cada órgão reencontre a iniciativa coletiva, o direito a uma crítica livre e fraterna, sem medo nem precaução. Que as organizações do partido reencontrem o direito à autodeterminação! É indispensável “arejar” e renovar o aparelho do partido, fazendo com que ele sinta que é o mecanismo executivo de uma imensa coletividade. “E antes de tudo é necessário remover de suas responsabilidades no partido os elementos que têm tendência a querer exercer seu poder repressivo, retirando os direitos daqueles que ousam a mínima crítica, a mínima contestação (...) exigindo do partido a obediência passiva, o alinhamento mecânico com as posições da direção, o servilismo, o carreirismo.”

“No primeiro ano do poder soviético, o Congresso Pan-russo dos Sovietes se desenrolou em condições perfeitamente democráticas”

— Quando você foi excluído do partido?

Vratchev — A primeira vez foi em

dezembro de 1927, por uma decisão do XV Congresso do PCUS, juntamente com outros membros da oposição. Depois, foram as prisões, das quais fui igualmente vítima. Entretanto, a resolução do Congresso continha uma cláusula, segundo a qual podíamos ser reintegrados no partido se declarássemos a renúncia à plataforma da Oposição e cessar toda atividade fracional. Em outubro de 1929, Radek, Smilga e Preobrazensky remeteram ao Comitê Central e à Comissão Central de Controle uma declaração nestes termos e eu aderi. Em janeiro de 1930, fui reintegrado ao partido. Em 1936, houve novos expurgos, disfarçados em renovação das “funções” do partido: não renovaram a minha. O protocolo mencionava: excluído do partido por ser um antigo militante trotskista. Em 1937, suporrei a repressão, fui para o exílio com minha família para uma distante região da República Autônoma de Komis. Fiz, evidentemente, apelos às instâncias superiores, mas sem resultados. Mesmo durante a guerra.

— Você esteve no front?

Vratchev — Desde o primeiro dia de guerra, pedi ao Comitê Central do partido e pessoalmente a Stalin para enviar-me à Força Armada Ativa. Depois de ter tentado tudo, apresentei-me ao escritório de recrutamento dizendo que havia perdido meus documentos militares e me declarando simples soldado. Não podia mesmo mostrar meus verdadeiros documentos, nos quais estava mencionado que havia ocupado um posto elevado no Exército Vermelho e que, em caso de guerra, devia ser classificado chefe de seção política das Forças Armadas (...)

No Front, cheguei à posição de ajudante-chefe terminei a guerra no Extremo Oriente. Fui condecorado.

Em setembro de 1949, nova prisão. Depois de um ano de encarceramento, fui condenado a 25 anos de reclusão em regime severo. Fui libertado e inteiramente reabilitado em 1956.

— E sua reintegração ao partido?

Vratchev — Ela me foi recusada em abril deste ano com a mesma formulação de 1936: recusado por ser um velho membro ativo da oposição trotskista.

— Entretanto, muitos integrantes da Oposição foram reabilitados postumamente e reintegrados ao partido, mesmo que tenham sido acusados de atividades anti-soviéticas clandestinas. Esse tipo de acusações jamais foram feitas contra você.

Vratchev — É ainda mais grave. Todas as “páginas brancas” da história do partido não foram preenchidas. Por que minha demanda foi rejeitada? Bem, é porque no período mais forte da repressão estalinista, depois dos processos de 1937-38, decidi-se expulsar do partido todos os participantes das oposições. E esta decisão ainda é lei.

— Você foi delegado ao primeiro Congresso dos Sovietes, sua assinatura figura abaixo do decreto de formação da URSS. Como você reagiu ao primeiro Congresso dos Delegados do Povo? Lembrou-lhe o primeiro Congresso dos Sovietes?

Vratchev — Hoje em dia lê-se na imprensa ocidental que neste país é a pri-

meira vez em setenta anos que o parlamento se encontra em condições democráticas. Não é correto.

No primeiro ano de poder soviético, o Congresso Pan-russo dos Sovietes e o Comitê Executivo Central da União, onde eu fui eleito, se desenrolou dentro de condições perfeitamente democráticas. Tanto assim, que em 1918 o III pan-russo dos soviets permitiu o acordo e o reforço da coalizão entre bolcheviques e socialistas revolucionários de esquerda.

Pela demanda de uma parte dos delegados ou de membros do Comitê Executivo procedeu-se a uma votação nominal para as questões mais importantes. Eu vou lhes dar um exemplo: na noite de 23 ou 24 de fevereiro de 1918, quando não restavam mais do que algumas horas antes de expirar o ultimatum alemão, teve uma reunião do Comitê Executivo em que foi decidido que Lenin teria quinze minutos para falar e os representantes das frações bolcheviques e socialistas revolucionários, dez.

Não é a democracia?

Como fui o primeiro a transmitir um boletim ao presidente da sessão, permitiram-me falar em nome da fração bolchevique, a mim, um soldado que não tinha ainda vinte anos.

Em seguida, a guerra civil possibilitou a violação dos princípios democráticos, o que era inevitável. Quanto ao que produziu o reforço ao poder de Stalin, não é o caso de falar agora.

Tenho hoje 91 anos e estou imensamente feliz de ter vivido muito tempo para assistir ao restabelecimento dos princípios da democracia e por ver o primeiro Congresso dos Deputados do Povo da URSS.



IMPRESSO

Wolf Biermann, cinquenta e quatro anos, filho de um portuário judeu de Hamburgo, morto em Auschwitz, é um veterano na luta contra o poder burocrático na RDA. Poeta, cantor, ele foi proibido de compor, exilado e teve a sua nacionalidade cassada em 1976.

Este texto, escrito às vésperas das eleições de 18 de março, traz ao mesmo tempo a decepção de uma geração de socialistas e uma frágil esperança, ancorada em convicções sólidas.

Revolução na RDA! Preparei-me para dias tensos de esforço e me vi tão surpreendido como meus velhos inimigos, estes malditos cadáveres do Burô Político. A história nos deixou porém — nós e nossos antagonismo passados no impasse da esquerda e deu um forte giro para a direita.

Cegos, os alemães correram para o "Império milenar" e depois marcharam, bêbados, para a guerra. Confusos ainda, eles se separaram e se decompueram, cegos de cólera. Depois disso, Gorbachev levantou a cortina de ferro e os inimigos de ontem se jogaram nos braços uns dos outros, cegos de amor. E nós, à esquerda do Leste e do Ocidente, ficamos de braços vazios, um sorriso nos lábios (...)

Depois que o sol se levantou no Leste, o povo esfregou os seus olhos adormecidos. A maioria silenciosa pôde, enfim, dizer a sua palavra. Os que tiveram de engolir todas as humilhações destes quarenta últimos anos se puseram a gritar alto e forte. Os bravos burgueses, carneiros leais das antigas farsas eleitorais, puzeram-se a uivar como os lobos e as gargalhadas que soltam com razão acompanham-se de gritos de Helmut! Helmut! (Helmut Kohl é o dirigente conservador da Alemanha Ocidental).

Quando Helmut Kohl esteve em Dresde, durante a campanha eleitoral, um grupo de manifestantes portava esta faixa: "Do estalinismo, saltar a barreira para o capitalismo? Eu não!" Cerca de três mil cidadãos os apuparam, tomaram as suas faixas e os agrediram com pauladas. Meu velho amigo Bernhard T. segurava a faixa, um operário opositor de esquerda fichado e aterrorizado durante anos pela Stasi (a polícia política) antes de ser condenado nas prisões da Bautzenerstrasse, em Dresde. E é sobre ele que uma multidão de alemães avançou agressivamente ferindo-o com seu veneno: "Porco sujo da Stasi!" "Fora os vermelhos". Uma casa de loucos.

RDA

O poeta e o socialismo

Colares e broches

Os que ontem dançavam aos apitos do partido não manifestam hoje, na praça de Leipzig, a menor inquietude diante da febre da Grande Afemanha. As vítimas que mais sofreram com o regime totalitário são as primeiras a exigir a anexação imediata à República Federal.

Mas deixemos os oprimidos. Os opressores também dançam a sua música. Estou supreso que se espante subitamente, que alguém se revote de maneira infantil diante do luxo e do desperdício dos antigos senhores. Não são os dez vídeos estocados por Willi Stoph e Harry Tisch que nos custaram caro e não sinto nenhuma gana de vasculhar os armários de Margot Honecher (a mulher de Erick Honecher, secretário-geral do SED) para recuperar um pacote de bijouterias ocidentais e três garrafas de um bom e velho Whisky escocês. Que os bravos cidadãos da RDA, tardiamente despertos, os descubram com gritos de surpresa, isto passa. Mas os gangsters ventríloquos dos meios de comunicação ocidentais deveriam pelo menos saber o que é luxo real neste mundo.

A revista *Spiegel* (da Alemanha Ocidental) não achou nada melhor para apresentar do que uma fatura de ourives suíços de (creio) nove mil marcos pagos para guarnecer a pele enrugada de Margot Honecker de toda sorte de jóias, braceletes, colares, broches e brincos. Por este preço, isto deve ser uma grossa quinquilharia! Qualquer dentista ocidental ofereceria à sua mulher para não se chatear com a sua amante.

Provou-se que os velhos Honecker possuíam uma piscina de dez metros por doze ... deixem-me rir! Um em cada três comerciantes de Hamburgo vivem mais luxuosamente. Recomendam-nos a água enquanto se embriagam de vinho. Cruel e tardio plágio de Heinrich Heine. Acho bem pior os senhores que recomendam publicamente o vinho e se embriagam de sangue.

Se compreendo bem Marx, deduzo dele uma nova lei histórica da economia política: cada sociedade deve visar repartir a riqueza tão desigualmente



Vento, 1979 — de Solbes e Valdés

quanto possível — sem provocar ódios. Mas encontrar este equilíbrio é difícil, pois a paciência dos explorados é uma grandeza variável. Os estalinistas não fracassaram, entretanto, por não terem descoberto este erro. A catástrofe deste regime não se deve às suas desigualdades sociais, mas a uma outra coisa: este regime de bonzos levou a que não se produzisse nenhuma riqueza, antes mesmo de poder reparti-la com toda a d e s i g u a l d a d e .

O luxo que estes senhores fendas do socialismo se concederam no quadro da miséria geral era ele mesmo bem pobre e banal. Os ricos e poderosos do mundo ocidental têm o mesmo, com alguns zeros a mais em suas faturas e a desfrutam com estilo, sem consciência culpada. É verdade que eles tiveram tempo para implantar o seu sistema de dominação: eles não são nem novos ricos, nem arrivistas.

Rouxinol e crocodilo

O objetivo socialista se perdeu. As pessoas não querem mesmo falar de socialismo com um perfil humano. Esta tautologia de Dubcek inflamava ainda nossos corações em 1968. Hoje isto passou.

Podemos lastimar, mas haverá uma outra chance. Mesmo a anexação mais

ordinária à RFA será melhor que tudo o que veio antes. Eu tinha, é verdade, examinado uma outra hipótese. Mas a história não tem por tarefa satisfazer este pequeno Biermann. Eu gostaria de algo aparentemente impossível: uma Alemanha que procurasse satisfazer suas necessidades imediatas mas que construísse, com o uso mais profundo de suas capacidades criadoras, uma outra via, capaz de evitar a destruição pacífica do gênero humano (...)

Até o fim deste memorável ano de 1989, minha imaginação política me indicava; cassar os burocratas, sim! Desarmar a Stasi, sim! Derrubar o muro, é claro! Podia mesmo conceber uma revolução sem uma gota de sangue e sem barricadas fora de moda. Podíamos falar e cantar como nunca e a realidade fazia florescer os nossos sonhos. Mas a concha escondia um animal com o qual eu não havia sonhado - mais próximo do crocodilo do que do rouxinol.

Uma vez mais, a realidade é mais imaginativa que todos os poemas. Os panfletos bem esclarecidos da luta política, o fel e o veneno de minhas canções, seus versos ritmados de ironia e de dor passam doravante da história para a história literária (...) "Eles teme que um dia, tudo se realize / Mas eu nada fiz, exeto encarar as coisas de frente". Comecei por esta canção, meu concerto de Leipzig.

No que diz respeito a mim, esta atitude continua. Encaro as coisas de frente. Enfim, não tenho mais necessidade de saber, não detenho mais a verdade de opositor, não tenho mais razão. A velha peça foi encenada e a nova apenas começa a ser escrita. Sim, esta revolução me liberou de meu velho papel. O pregador do deserto pode enfim falar baixo, aceita-se até que ele gagueje. Faço as minhas conta espirituais e guardo os pedaços da utopia comunista no fundo do meu bolso.

E, entretanto, por que se espantar que eu me aferro às minhas idéias? Não posso extinguir em mim o sonho de uma sociedade mais justa. Pois este sonho é mais velho que tudo o que tomou o nome do comunismo. Ele é tão velho como a humanidade e é sempre perseguido porque ele sempre ressurgue.